

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL  
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL

ANA LUIZA CASTRO DO AMARAL

O LEVANTE QUE PAROU UMA ILHA: MEMÓRIA DO INSTITUTO CORRECCIONAL DA  
ILHA ANCHIETA E AÇÕES DOS FILHOS DA ILHA

RIO DE JANEIRO  
2017

**ANA LUIZA CASTRO DO AMARAL**

**O LEVANTE QUE PAROU UMA ILHA: MEMÓRIA DO INSTITUTO  
CORRECCIONAL DA ILHA ANCHIETA E AÇÕES DOS FILHOS DA ILHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em  
Memória Social  
Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lobélia da Silva Faceira

Co-orientador: Prof. Dr. Ricardo Salztrager

Rio de Janeiro

2017

Amaral, Ana Luiza Castro do.

O levante que parou uma ilha: memória do instituto Correccional da Ilha Anchieta e ações dos Filhos da Ilha / Ana Luiza Castro do Amaral – Rio de Janeiro; 2017.

99f. 30 cm.

Orientadora: Lobélia da Silva Faceira.

Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

1.Prisão. 2.Memória. 3.Sociedade. 4.Ilha Anchieta. 5.Filhos da Ilha

I. Faceira, Lobélia da Silva. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro e Ciências e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

**ANA LUIZA CASTRO DO AMARAL**

**O LEVANTE QUE PAROU UMA ILHA: MEMÓRIA DO INSTITUTO  
CORRECCIONAL DA ILHA ANCHIETA E AÇÕES DOS FILHOS DA ILHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Lobélia da Silva Faceira (Orientadora/Unirio)

---

Prof. Dr. Ricardo Salztrager (Co-orientador/Unirio)

---

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (Prof. Associado/UERJ)

Rio de Janeiro

2017

Ao meu tio José Roberto Saraiva e ao meu  
grande amigo Ailton de Oliveira (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que fizeram parte da produção desse trabalho. Inicialmente, meus mestres, Lobélia da Silva Faceira e Ricardo Salztrager, que me conduziram na construção do meu pensamento e argumento. Assim como, Gelsom Rozentino de Almeida, que já acompanha meu trabalho a alguns anos e desde sempre foi um grande chefe e companheiro de trabalho.

Também devo lembrar daqueles de quem falo tanto, os Filhos da Ilha. Tenente Samuel de Oliveira, Senhor Edson e, principalmente, ao grande pesquisador e amigo Arthur Nehrer. Pessoas que me receberam com o maior carinho possível e, desde 2011, me auxiliam a compreender o ameranhado de lembranças da Ilha Anchieta.

À minha família e aos amigos, presente em todos os momentos da minha vida e apoiadores de todas as minhas ideias e criações. E, também, ao meu companheiro Dionizio Angelo de Moura Júnior, por me acompanhar até o final dessa produção e por todos os cafés que me moveram nos últimos tempos.

They're trying to build a prison  
(For you and me to live in)  
Another prison system  
(For you and me)  
System of a Down

## **RESUMO**

Conforme a história oral vem sendo desvalorizada e a história escrita vai se esmaecendo do suporte, determinadas lembranças vão, conseqüentemente, se perdendo. Este trabalho busca promover a discussão sobre os processos e relações de memória na Ilha Anchieta, tendo como enfoque seu período de presença prisional e as ações do grupo Filhos da Ilha. A ideia é apresentar o processo de implantação, modificações e fechamento da instituição penal e, em consequência, a transformação social do local. A Colônia Correcional do Porto das Palmas foi inaugurada em 1908, território conhecido como Ilha dos Porcos na época. A instituição era destinada aos homens que fossem considerados “vadios” pelas autoridades, de acordo com Decreto nº 145, de 1893. Após uma grande temporada abrigando detentos, a unidade carcerária fechou suas portas no ano de 1955, com o nome de Instituto Correcional da Ilha Anchieta. O principal motivador para o término do presídio foi a grande rebelião que ocorreu em 20 de junho de 1952. Quando todos os detentos da Ilha foram libertos e, parte deles, dominaram os agentes penitenciários que ali se encontravam. Outro objetivo da dissertação é apresentar o motim do Instituto Correcional da Ilha Anchieta como potencial mecanismo de construção da memória social daquela comunidade, tendo como principal exemplo as ações promovidas pelos Filhos da Ilha. O grupo promove um encontro anual entre os que tiveram presentes no dia do motim e seus descendentes. Tal evento passou a fazer parte do imaginário social, juntamente com as ruínas e documentos oficiais oriundos do presídio. Sendo assim, procura discutir os desdobramentos dos acontecimentos do levante, no contexto da Memória Social, traçando um paralelo com conceitos como estranhamento, monumentalidade, lembrança e esquecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prisão. Memória. Sociedade. Ilha Anchieta. Filhos da Ilha.



## **ABSTRACT**

According to the oral history has been devalued and written history is going to support certain dimming memories will, consequently, getting lost. This work seeks to promote discussion about the processes and memory on the Anchieta Island, having as its focus the presence and actions of the prison group Filhos da Ilha. The idea is to present the process of deployment, modifications and closing of the penal institution and, as a result, the social transformation of the place. The Colônia Correcional do Porto das Palmas was opened in 1908, territory known as Ilha dos Porcos at the time. The institution was destined to men who were considered "bums" by the authorities, in accordance with Decree No. 145, of 1893. After a great season housing inmates, the prison unit closed its doors in the year of 1955, with the name of Instituto Correcional da Ilha Anchieta. The prime motivator for the completion of the prison was the great rebellion that occurred on June 20<sup>th</sup>, 1952. When all the inmates of the island were freed and, part of them, dominated the prison staff who were there. Another objective of the dissertation is to present the mutiny of the Instituto Correcional da Ilha Anchieta as a potential mechanism of construction of the social memory of that community, having as main example the actions promoted by the Filhos da Ilha. The group promotes an annual meeting among those present on the day of the riot had and their descendants. This event became part of the social imaginary, along with the ruins and official documents from the prison. Therefore, seeks to discuss the ramifications of the events of the uprising, in the context of social memory, drawing a parallel with concepts such as estrangement, monumentality, remembrance and oblivion.

**Keywords:** Prison. Memory. Society. Anchieta Island. Filhos da Ilha.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. HISTORICIDADE DAS PRISÕES NO CENÁRIO BRASILEIRO REPUBLICANO.....	11
2.1. O sistema penal brasileiro no início do Período Republicano.....	11
2.2. O estranhamento no sistema prisional da Ilha Anchieta.....	13
3. ILHA ANCHIETA: HISTÓRIA E MOMENTOS MARCANTES .....	20
3.1. De Tapera de Cunhambebe à Ilha Anchieta .....	22
3.2. Transformação do presídio em parque .....	29
4. O DIA DO MOTIM E SUAS REPERCUSSÕES.....	34
4.1. O plano de mestre .....	34
4.2. O dia tão esperado .....	36
4.3. Desdobramentos da Rebelião .....	43
5. OS FILHOS DA ILHA E SUAS MEMÓRIAS .....	53
5.1. Os Filhos da Ilha e seu trabalho com a memória.....	53
5.2. O Senhor Bom Jesus da Ilha Anchieta e seus “Filhos” .....	58
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
REFERÊNCIAS .....	66
APÊNDICES .....	73
ANEXOS .....	89

## 1. INTRODUÇÃO

A Ilha Anchieta é considerada a segunda maior do litoral norte do Estado de São Paulo, possuindo 17 km de costa rochosa e sete praias. Esse território já foi morada de índios tupinambás, caiçaras, imigrantes de diversas nacionalidades e até piratas estiveram ali presentes. Porém, em meio a essa vasta história, o que marcou, de fato, sua existência foi a presença de uma instituição prisional, que passou por diversas reformas e alterações de estruturas penais.

Durante sua inauguração, em 1908, a Colônia Correcional do Porto das Palmas foi considerada o primeiro presídio de segurança máxima do Estado de São Paulo. Após quatro décadas de funcionamento, passando por alguns momentos de desativação e reformas, o então Instituto Correcional da Ilha Anchieta fechou suas portas em 1955, por conta de um grande motim memorável ocorrido três anos antes.

O evento de 20 de junho de 1952 foi intitulado pela imprensa da época como “o maior levante de presidiários da história”, definição dada pelo jornal carioca Diário da Noite, de 21 de junho de 1952. O número de detentos que cumpria pena no Instituto Correcional da Ilha Anchieta – ICIA totalizava em 452 presos. Na ocasião, mais da metade desses internos se uniram e conseguiram tomar o poder na ilha, com a intenção de fugir.

Tendo como principal motivador a vontade de preservar os acontecimentos dessa data tão marcante, um grupo de pessoas, que apresentavam certa ligação com essa história ou com a ilha em si, se reuniu com o intuito de pesquisar e, principalmente, compartilhar as informações e relatos sobre o assunto. Assim nasceu o grupo Filhos da Ilha, formado por antigos funcionários da ICIA e seus descendentes. Atualmente, quatrocentas e trinta e duas famílias compõem esse grupo, somados aos pesquisadores e demais interessados na memória da Ilha Anchieta, que produzem e produziram documentários, dissertações e trabalhos de conclusão de curso de graduação.

Os Filhos da Ilha promovem duas reuniões anuais, que visam a promover o reencontro dessas pessoas e o intercâmbio de recordações e informações. No ano de 2016, foi celebrada uma missa na Igreja do Itaguá, no município de Ubatuba (SP), no dia 18 de maio, e no mês de agosto, aconteceu o Encontro dos Filhos da Ilha, evento anual que ocorre na própria Ilha Anchieta, a fim de criar uma grande roda de rememoração, além de celebrar uma homenagem ao padroeiro da capela, Senhor Bom Jesus da Ilha Anchieta.

Partindo de uma pesquisa iniciada para a produção de trabalho de conclusão de curso em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, realizada no "Arquivo Morto" com documentos oriundos do presídio, na Ilha Anchieta, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca Pública Municipal Ateneu Ubatubense (em Ubatuba), foi possível realizar o levantamento de dados históricos da ilha. Durante esse período, tive também a oportunidade de participar do Encontro dos Filhos da Ilha, em 6 de agosto de 2011, onde foram produzidos registros audiovisuais do evento e tive contato com os demais trabalhos desenvolvidos por esse grupo.

O dia da grande fuga em massa passou a fazer parte do imaginário social, juntamente com as ruínas e documentos oficiais oriundos do presídio, além das narrativas dos indivíduos presentes no dia do motim e de seus descendentes. Diante disso, este trabalho tem como objetivo dar continuidade a essa pesquisa. A intenção é, através do trabalho dos Filhos da Ilha, criar espaços de memória social do motim do Instituto Correccional da Ilha Anchieta, das instituições penais ali implantadas e da ilha como um todo. Mostrar esses encontros como potenciais mecanismos de construção da memória daquela comunidade, tendo como principal exemplo as ações promovidas pelo grupo.

A pesquisa foi norteada pelos seguintes objetivos específicos: delinear acontecimentos do dia 20 de junho de 1952, quando ocorreu o motim da Ilha Anchieta, através do levantamento e análise da documentação sobre instituição carcerária em foco e narrativas locais; e apresentar a memória do grupo Filhos da Ilha, suas ações e quais são os resultados desses encontros.

Dando início à pesquisa, ficou definido que o segmento metodológico a ser utilizado é a pesquisa qualitativa, considerando não apenas a subjetividade do pesquisador, como também daqueles que serão estudados, como aponta Uwe Flick (2009). O foco de interesse desse trabalho, e, portanto, público alvo da pesquisa, são os Filhos da Ilha, grupo formado por indivíduos que vivenciaram a época prisional da Ilha Anchieta e por seus descendentes.

A primeira etapa do trabalho foi a organização do material utilizado na pesquisa de 2011 formada, principalmente, por bibliografia específica sobre a região. Então, foi realizada, no período de Fevereiro/2016 a Agosto/2016, uma pesquisa no acervo de periódicos da Hemeroteca da Biblioteca Nacional-RJ, onde foram identificados as reportagens que melhor narrassem os acontecimentos na ilha. Durante a realização da Festa do Bom Senhor da Ilha Anchieta (Agosto/2016), os dados foram coletados através do método de observação participante e

registrados por meio de fotografias e filmagens produzidas no dia do encontro na Ilha Anchieta; somados aos dados audiovisuais do acervo dos Filhos da Ilha, como coleção de fotografias dos integrantes e trabalhos publicados sobre a Ilha Anchieta, disponibilizados pelo grupo. Também foi realizada uma entrevista semi-estruturada com um dos criadores do grupo Filhos da Ilha, Tenente Samuel Messias de Oliveira, que autorizou a divulgação do seu nome na dissertação.

A proposta é contribuir para o aprofundamento da discussão sobre memória social e a história sobre a Ilha Anchieta, evidenciando momentos de nosso país que, por muitas vezes, são marginalizados e esquecidos pela sociedade, procurando utilizar as informações como ferramentas de análise dos fenômenos sociais, processo que se encontra em constante movimento e autoconstrução. Ressaltamos que a pesquisa foi autorizada pelo Tenente Samuel Messias de Oliveira (membro fundador dos Filhos da Ilha) e pelo Comitê de Ética, uma vez que está articulada ao projeto da pesquisa “Memória Social e Prisão: reflexões sobre as políticas públicas no âmbito da execução penal”, na qual estou inserida como pesquisadora.

A dissertação está dividida em quatro capítulos: 2. *Historicidade das prisões no cenário brasileiro republicano*; 3. *Ilha Anchieta: história e momentos marcantes*; 4. *O dia do motim e suas repercussões*; 5. *Os filhos da ilha e suas memórias*.

O capítulo *Historicidade das prisões no cenário brasileiro republicano* faz uma breve análise histórica do Sistema Penitenciário Brasileiro, traçando um paralelo com conceitos como estranhamento, monumentalidade, memória, lembrança e esquecimento. No sentido de fundamentar esse capítulo foram utilizados principalmente pesquisadores do sistema penitenciário brasileiro, como José Paulo Morais Souza (2015) e Miriam Sepúlveda dos Santos (2004) e, também, pensadores como Sigmund Freud (1990), Paul Ricouer e Jean Daniel (1999), para a discutir sobre o estranhamento.

Apresento, no capítulo *Ilha Anchieta: história e momentos marcantes*, uma discussão sobre os processos de transformação da unidade carcerária da Ilha Anchieta, apontando seu fechamento e modificações institucionais. Procuro organizar, cronologicamente, a história penal da ilha através de publicações de leis e decretos de diferentes épocas, além de fazer uso de pesquisadores da história da Ilha Anchieta como Tenente Samuel de Oliveira (2009) e Augelani Franco (2001).

No capítulo *O dia do motim e suas repercussões*, o foco é o motim de 1952. Início descrevendo como ocorreu a organização dos detentos para a rebelião e, posteriormente,

apresento detalhadamente os acontecimentos, para assim demonstrar sua grandiosidade para a época e, principalmente, para a região. Para compreender o impacto causado por essa ação dos presos, foi realizado um levantamento de periódicos que citaram a Ilha Anchieta no período de 1950 a 1959.

Para finalizar, o último capítulo, *Os filhos da ilha e suas memórias*, se aprofunda na criação e reunião das pessoas que formaram o grupo dos Filhos e na apresentação das análises dos dados construídos na pesquisa de campo, trabalhando a relação entre a ação do grupo e a questão da memória como espaço de criação. Para isso, uso como base pesquisadores da memória da atualidade, como Jô Gondar (2005) e Francisco Ramos (2015).

## **2. HISTORICIDADE DAS PRISÕES NO CENÁRIO BRASILEIRO REPUBLICANO**

A formação da instituição penitenciária do Brasil serve como assunto inicial desse trabalho, com o intuito de contextualizar o sistema penal brasileiro no início do período republicano (1889-1930), levando em consideração, principalmente, as consequências das mudanças ocorridas no início deste período no país, com a implementação do Código Penal de 1890. Dando segmento, será proposta uma análise da sociedade brasileira da época e sua relação com os tidos como contraventores, dando margem para a criação de personagens sociais, julgados como estranhos e marginais.

### **2.1. O sistema penal brasileiro no início do Período Republicano**

As primeiras referências da constituição da prisão no Brasil se dão ainda no período do Império, através da criação do Código Criminal do Império do Brasil, datada de 16 de dezembro de 1830, a mando do Imperador D. Pedro I com a intenção de executar a lei criada para definir crimes, penas e criminosos. Segundo Souza (2015), tal documento aboliu partes das Ordenações Filipinas, compilado jurídico de ordenações e leis do Reino de Portugal, país colonizador do Brasil.

Apenas em 1830, o Império Brasileiro criou o seu próprio Código Criminal que revogou, em parte, as Ordenações Filipinas. No entanto, foi mantida a pena de morte para aqueles que liderassem insurreições escravas, roubos com agravantes e homicídios. Foram também mantidas as galés temporárias e perpétuas. Quanto aos “homens bons”, esses eram condenados a penas pecuniárias e de prisão, o que mostrava a separação social e racista da sociedade constituída na ex-colônia. (SOUZA, 2015, p. 33)

Através da influência do pensamento reformista, iniciou-se a construção da Casa de Correção da Corte, primeira instituição voltada para o sistema penitenciário brasileiro, tendo como um dos principais objetivos a execução da pena de prisão por trabalho, servindo assim de prisão modelo do Império.

Posteriormente, ao longo do século XIX e início do século XX, as unidades carcerárias estavam passando por uma reforma, deixando seu caráter imperialista das conhecidas Casa de Câmaras e Cadeia, que eram vinculadas a edifícios governamentais, para se tornarem espaços exclusivamente voltados para a reabilitação dos detentos.

As cadeias encontravam-se situadas no centro da vida urbana, ocupando os mesmos prédios que abrigavam as Câmaras Municipais. Os presos não se encontravam isolados nem uns dos outros, nem da população, e fugiam frequentemente com o suporte que obtinham de fora da cadeia. Segundo relatos de época, o estado das cadeias em todo o país, inclusive nas capitais das províncias, continuava precário. (SANTOS, 2004, p. 143)

As colônias correcionais foram criadas em diferentes locais do Brasil, com a missão de reabilitar os indivíduos que cometessem algum tipo de crime (charge em Anexo 1). Dentre os atos criminosos, segundo o Código Penal de 1890, estão presentes a vadiagem e a capoeiragem, e se esses indivíduos repetissem esses crimes seriam encaminhados às colônias penais em ilhas marítimas:

### CAPITULO XIII DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellullar por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes. (Código Penal de 1890)

Posteriormente, outro documento foi publicado, intensificando a condenação de vadio e capoeiras. O Decreto nº 145, em 11 de julho de 1893, a partir da fundação de uma colônia correcional na Fazenda da Boa Vista, no município de Paraíba do Sul/RJ, tornava possível a criação de espaços voltados "para correcção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras



que foram encontrados, [...]". Além de definir as pessoas que eram compreendidos nessa classe: "Os indivíduos de qualquer sexo e qualquer idade que, não estando sujeitos ao poder paterno ou sob a direcção de tutores ou curadores, sem meios de subsistencia, por fortuna propria, ou profissão, arte, officio, occupação legal e honesta em que ganhem a vida, vagarem pela cidade na ociosidade". (§ 1º, Decreto nº 145). Essa prática se tornou recorrente, sendo dois dos exemplos mais conhecidos as colônias de Porto das Palmas, em Ilha Anchieta/SP, e de Dois Rios, em Ilha Grande/RJ.

Contudo, o que gostaria de evidenciar é o motivo de essa "classe" ser passível de punição pela sociedade. Qual é o grande motivador para que parte da sociedade sinta necessidade de localizar o "mal" e caracterizá-lo em indivíduos estereotipados? Esse é o ponto que será apresentado em seguida.

## **2.2. O estranhamento no sistema prisional da Ilha Anchieta**

Segundo Santos (2004), a criação e implantação de colônias correcionais em ilhas se mostraram necessárias para a correção dos indivíduos que não optassem por uma vida regada pelas normas estabelecidas. Os vadios afrontavam a moral e os bons costumes com sua miséria e vícios, enquanto os capoeiras, com sua rebeldia, representavam uma ameaça à ordem pública. Assim, conseqüentemente, eram colocados "na prisão àqueles que vagavam pela cidade e não tinham 'meios de subsistência', mas não penalizava aqueles que tinham fortuna própria." (SANTOS, 2004, p. 146). Então, eram considerados criminosos os indivíduos que fossem contrários aos bons costumes e ameaçadores com sua rebeldia. Aqueles que não se encaixavam na sociedade, os outros, estranhos ao cenário urbano, que estava cada vez mais se desenvolvendo.

Muitos autores já trabalharam com a questão da criação da figura do outro. Nesse estudo, parto dos pensamentos usados por Freud, em seu artigo "O estranho" (1990). O autor inicia seu texto citando Jentsch, a quem considera o precursor dos ensinamentos nesse tema, ao atribuir o fator de estranhamento a algo que não se saberia como abordar. Em seu estudo, segue dois rumos para concluir sua pesquisa, o desenvolvimento da palavra (*unheimlich*) ao longo da história e a utilização de exemplos para definir o que nos causa a sensação de estranhamento. E, após

apresentar uma série de exemplos, chega a algumas conclusões sobre as origens do sentimento de estranho presente nos indivíduos.

Nesse ponto vou expor duas considerações que, penso eu, contêm a essência deste breve estudo. Em primeiro lugar, se a teoria psicanalítica está certa ao sustentar que todo o afeto pertencente a um impulso emocional, qualquer que seja a sua espécie, transforma-se, se reprimido, em ansiedade, então, entre os exemplos de coisas assustadoras, deve haver uma categoria em que o elemento que amedronta pode mostrar-se ser algo reprimido que retorna. Essa categoria de coisas assustadoras construiriam então o estranho; e deve ser indiferente a questão de saber se o que é estranho era, em si, originalmente assustador ou se trazia algum outro efeito. Em segundo lugar, se é essa, na verdade, a natureza secreta do estranho, pode-se compreender por que o uso linguístico (sic) estendeu das *Heimliche* ['homely' ('doméstico, familiar')] para o seu oposto, das *Unheimliche*; pois esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, é que somente se alienou desta através do processo de repressão. Essa referência ao fator da repressão permite-nos, ademais, compreender a definição de Schelling do estranho como algo que deveria ter permanecido oculto mas veio à luz. (FREUD, 1990, p. 258)

Seguindo essa linha de pensamento, proponho uma relação entre esta teoria sobre o estranho e o cumprimento da lei em punir os vadios e capoeiras, porém, levando em conta o caráter individual das teorias propostas por Freud, em busca de estudar o psiquismo do homem. Essa dissertação utiliza a teoria do estranho para referir-se a um grupo de indivíduos, ao ser encaixada no contexto social na busca pela motivação de punir esses “homens ameaçadores”.

No que diz respeito a ameaça exercida pelo estranho, Freud (1990, p. 260) aponta que pode-se falar de "uma pessoa viva como estranha, e o fazemos quando lhe atribuímos intenção maldosa". Mas não é tudo: além disso, devemos sentir que suas intenções de nos prejudicar serão levadas a cabo.

Nesse ponto, pode-se traçar um comparativo com a introdução das colônias correcionais em ilhas brasileiras. Como apontado acima, as construções de presídios em ilhas tinha como intenção afastar fisicamente o indivíduo considerado mau elemento para a sociedade. Sendo assim, podemos localizar algumas questões trabalhadas por Freud neste contexto, como o recalque, onde há a identificação do que não diz respeito a "nossa identidade", um mecanismo defensivo que visa a retirar da consciência um desejo imoral ou incompatível com a moralidade.

Outro mecanismo de defesa, independente do recalque, é a projeção, a criação do outro ou duplo, quando se cria o "eu" através do ato de projetar o ruim em si na figura do outro. O que é

recalcado e projetado não morre, continua a ecoar inconsciente, causando então a repetição de ambos. E é através dessa repetição que se caracteriza a ênfase no estranho. Porém, é importante ressaltar que:

É evidente, portanto, que devemos estar preparados para admitir existirem outros elementos, além daqueles que estabelecemos até aqui, que determinam a criação de sensações estranhas. Poderíamos dizer que esses resultados preliminares satisfazem o interesse psicanalítico pelo problema do estranho, e que aquilo que resta pede provavelmente uma investigação estética. Isto, porém, seria abrir a porta a dúvidas acerca de qual seja exatamente o valor da nossa argumentação geral, de que o estranho provém de algo familiar que foi reprimido. (FREUD, 1990, p. 264)

Através de um diálogo, Paul Ricoeur e Jean Daniel destacam a estranheza do estrangeiro. Jean Daniel (1999, p. 13) inicia o debate atentando para o fato da estranheza ser passível de constituir fascinação, dando o exemplo da dupla natureza humana e divina de Jesus Cristo na religiosidade, ou pela aversão, com a seguinte frase "se ele não é eu, quero ou que se torne, ou que desapareça". Ricoeur (1999, p. 13) chamando a atenção para que, dentro do imaginário dos indivíduos, o estrangeiro poderia ser comparado a um lugar vazio: "Sabemos a quem pertencemos, mas não sabemos a quem são os outros em suas terras".

Os autores dão segmento avaliando o estrangeiro, a partir do tema religiosidade, afirmando o potencial de conflito das relações humanas, e criticam o culto do absoluto proporcionado pelos religiosos, que traz consigo formas de exclusão, racismo e rejeição. Pode-se, então, traçar um paralelo entre as religiões e as classes sociais, ambas voltadas para o absoluto, já que a divisão na sociedade também reforça as diferenças e estabelece fronteira, o que acaba gerando repúdio e recusa.

Essas divisões e segregações estão intimamente ligadas com a formação de grupos sociais, de coletivos que dividem uma identidade. Nossos sentimentos de familiaridade e estranhamento se mantêm no fato de estarmos ligados a uma classe, família ou nação. Porém, há cada vez mais casos onde o sentimento de estranheza aparece em conflitos civis sobre igual e não sobre diferença, como aponta Jean Daniel (1999, p. 16) e completa Ricoeur: "as minorias dentro das minorias são terríveis". Essa "diminuição" dos grupos potencializa o poder das diferenças, tornando o estranho cada vez mais distante.

PR: Produz-se uma supervalorização das diferenças sutis. Quanto mais nos aproximamos do microscópico, mais elas se tornam simbolicamente carregadas. É muito perturbador. Provavelmente porque o diminui com a minoria das minorias é a amplitude asseguradora do pertencer. Então, com o encolhimento do grupo a que pertencemos, aproximamo-nos do ponto limite em que as pessoas são insubstituíveis, então a diferença sutil torna-se diferença quase absoluta [...]

JD: Isso não é tão sensível para o indivíduo quanto para o grupo. Aqueles que sentem isso não são pessoas que se assumem como indivíduos. São pessoas que dizem: "Ele não faz parte do nosso grupo." Quanto mais minoritário é o grupo, mais ele se sente estrangeiro, mais ele se afirma. (DANIEL ET RICOEUR, 1999, P. 17)

Então, se esses indivíduos não se encaixam no grupo social dominante, qual é o poder que terão na construção de sua identidade e discurso? É possível, então, traçar um paralelo entre os *Subaltern Studies*, grupo de intelectuais que, como apresenta Spivak (1988, p. 3), oferece uma teoria de mudança e tem como tema de estudo inicial a inserção da Índia no colonialismo sob domínio inglês, período que durou de 1858 a 1947. Para Guha, considerado um fundador do grupo, (1997, p. 23): “*La palabra ‘subalterno’ del título tiene el significado [...] ‘de rango inferior’. Será utilizado [...] como denominación del atributo general de subordinación en la sociedad [...] ya sea que esté expresado en términos de clase, casta, edad, género, ocupación, o en cualquier otra forma’*”.

A autora Gayatri Spivak, em seu livro “Pode o subalterno falar?”, deixa claro essa tentativa de uma teoria de mudança:

Não se trata de uma descrição de “como as coisas realmente eram” ou de privilegiar a narrativa da história como imperialismo como a melhor versão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas. (SPIVAK, 2010, p. 48)

Assim, como no caso dos vadios e capoeiras, muitas vezes há um movimento para segregar, suprimir aquelas presenças indesejáveis, principalmente dentro do sistema prisional. Como aponta Farias (2015, p. 89), a segregação e o enclausuramento "continuam sendo considerados pela sociedade e consagrados pelo poder judiciário como a forma mais eficaz e legítima de punição". Retirar essas pessoas estranhas do convívio público traria certo alívio e a

garantia de que a moral e os bons costumes, que "caracterizam" as sociedades, não correriam risco.

PR: Em condições particulares, sociais ou outras, quando não podemos culpar nem Deus nem as instituições pelo mal que sofremos, a estranheza do estrangeiro torna-se insuportável, sendo valorizada com o procedimento do bode expiatório. Um único ser, um único grupo, uma única raça são estranhos e bastaria suprimi-los para que a estranheza desaparecesse com o mal. Trata-se de uma tentação ainda maior na medida em que a "expiatorização" do estrangeiro permite recuperar uma identidade coletiva, a qual, como a identidade pessoal, é algo incrivelmente frágil. (DANIEL ET RICOEUR, 1999, p. 22)

Seguindo esse pensamento de Ricoeur, e partindo da suposição de Jean Daniel (1999, p. 16) de que os processos de exclusão e afirmação das raízes façam parte do homem: “Assim que o ‘eu’ é definido pelo ‘não-eu’; tudo o que é ‘não-eu’ torna-se agressivo”. Penso que, enquanto “sociedade em processo de construção”, o sistema carcerário brasileiro necessitava do fortalecimento de sua identidade coletiva.

*Los términos “pueblo” y “clases subalternas” han sido utilizados como sinónimos a lo largo de esta nota. Los grupos y elementos sociales incluidos en esta categoría representan a la diferencia demográfica entre la población india total y todos aquellos que hemos descrito como “élite”. Algunas de estas clases y grupos, como ser la aristocracia rural más baja, los hacendados empobrecidos, los campesinos ricos y los campesinos medios, que figurarían “naturalmente” como parte del “pueblo” o de los “subalternos”, podían, bajo ciertas circunstancias, actuar para la “élite”, como se la definió anteriormente, y ser así clasificados a partir de ésta en algunas situaciones locales y regionales, ambigüedad que le toca aclarar al historiador con base en una lectura detellada y sensata de la evidencia. (GUHA, 1997, p. 32)*

Naquele momento, o Brasil era uma nação recém-independente, com sua organização social em início de formação. Não era tido adequado para o Estado e para uma pequena parcela dominante da população que a sociedade tivesse indivíduos inadequados aos seus costumes e moral. Slaztrager (2016), ao argumentar sobre o surgimento do sentimento de estranheza na construção de identidades grupais, considera que:

[...] uma representação identitária – ou um “eu” – só consegue se produzir mediante um incessante jogo de forças conflituosas que envolvem o

recalcamento e a projeção das diferenças. Para Freud, estas diferenças também retornam, promovendo um sentimento de inquietante estranheza naqueles que resolveram o conflito entre a homogeneização e a valorização das diferenças seja por intermédio do recalque destas últimas, seja mediante sucessivas defesas projetivas. (SALZTRAGER, 2016, p. 130)

Sendo assim, ocorreu a tentativa de afastar pessoas consideradas agressivas e não adequadas para aquele novo cenário, ação que perpetuou ao longo do desenvolvimento penal do Brasil. Concluímos, então, que, o que acontece no sistema penitenciário brasileiro atual não se mostra muito diferente do que no passado. Ainda se encontra presente a constante segregação de determinados segmentos da população e a criminalização de parte da sociedade que se encontram socialmente desfavorecidos.

O que vemos hoje na mídia, nas políticas de governo e nas manifestações sociais, é um clamor pela punição incondicional da população pobre, dos negros, dos favelados, dos desempregados, ou seja, de todo aquele que representa uma ameaça à ordem social constituída. [...] Se, por um lado, vemos crescer as práticas coercitivas por parte do Estado, por outro, não percebemos uma preocupação desse mesmo Estado, com a identificação e tratamento das causas do aumento da criminalidade violenta e com punição dos verdadeiros criminosos e corruptores da ordem social. Infelizmente, as estratégias empregadas [...] estão longe de serem eficazes; [...], sendo muito mais estratégias militares de controle das massas populares, vazias de caráter social. (LEMOS, 2015, p. 63)

A prisão é uma instituição que está relacionada com o desenvolvimento da sociedade e do meio político-administrativo. Em nosso país, ela nasce em meio à desorganização. Desde sua origem em estados brasileiros, a prisão cumpriu sua missão de controlar a liberdade e acesso de indivíduos estranhos aos demais, que fossem contrários aos bons costumes e ameaçadores com sua rebeldia, criaturas potencialmente perigosas. Porém, onde se dá a origem desse estranhamento?

Através dessa linha de pensamento, é o recalque (o que não faz parte do "eu", ou "não-eu") que ameaça a estabilidade e permanência da insubstituível identidade que caracteriza o grupo do qual faço parte. Proponho que seja o recalque que movimenta parte da lógica do sistema carcerário. Há um incômodo em relação à convivência com os setores populares da sociedade, por parte do Estado e de classes dominantes. Os grupos que detêm o poder segregam indivíduos

que não sejam adequados ao cenário público-social, em ação que se perpetuou ao longo do desenvolvimento penal no Brasil. Anteriormente, os indivíduos estranhos eram vadios, ébrios e capoeiras. Nos dias de hoje, teria o estranho se tornado o menor infrator?

Na perspectiva de pensar a prisão como instituição social que cumpre historicamente a missão de controlar a liberdade dos indivíduos considerados estranhos, no capítulo seguinte apresentamos a Ilha Anchieta, que nos anos iniciais de funcionamento, como instituição correcional, abrigava indivíduos aprisionados por vadiagem, capoeiragem e contravenções.

### 3. ILHA ANCHIETA: HISTÓRIA E MOMENTOS MARCANTES

A identificação e categorização do indivíduo marginal são percebidas ao longo da presença de instituições penais no país, desde a época das colônias correcionais. Na Ilha Anchieta não havia de ser diferente. Em seus primeiros anos de funcionamento, a grande maioria de seus internos foram condenados pelo Código Penal de 1890: pessoas aprisionadas por crimes de contravenção, vadiagem, embriaguez e capoeiragem, como será apresentado em seguida.

Na tentativa de ilustrar melhor a evolução do cárcere na ilha, busquei através da legislação as informações sobre o funcionamento das diversas instituições penais que ali foram implantadas. Ao todo, foram encontrados 25 documentos, que estão relacionados na tabela abaixo:

DATA	DOCUMENTO	NÚMERO	TEMA
11/07/1893	Decreto	145	Autoriza o Governo a fundar uma Colônia Correcional na Fazenda de Boa Vista (RJ)
11/10/1890	Decreto	847	Promulga o Código Penal
10/10/1902	Lei	844	Autoriza o Governador a fundar um Instituto Disciplinar e uma Colônia Correcional
14/02/1907	Decreto	1.438	Regulamento para a Colônia Correcional da Ilha dos Porcos
18/07/1907	Decreto	1.490	Consolida a legislação vigente sobre os processos policiais na CCIP
28/12/1914	Lei	1.445	Autoriza o Governo a transferir para Taubaté a CCIP
31/12/1928	Lei	2.347	Transfere para a Ilha dos Porcos o Instituto Correcional de Taubaté, com a denominação da Colônia Correcional do Estado de São Paulo
26/07/1931	Decreto	5.080	Cria o Presídio Político da Ilha dos Porcos
19/03/1934	Decreto	6.349	Muda para Ilha Anchieta a atual denominação da Ilha dos Porcos, deste Estado



1937	Constituição		
07/12/1940	Decreto-Lei	2.848	Código Penal
04/09/1942	Decreto-Lei	12.924	Cria o Instituto Correccional da Ilha Anchieta
08/10/1942	Decreto-Lei	12.984	Extingue o Presídio Político da Ilha Anchieta
12/01/1943	Decreto	13.182	Regulamenta o Instituto Correccional da Ilha Anchieta
01/07/1952	Resolução Câmara dos Deputados	158	Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de investigar as causas de fuga de presidiários da Ilha Anchieta
13/05/1955	Decreto-Lei	24.551	O Instituto Correccional da Ilha Anchieta passa ao Departamento Estadual de Presídios
03/09/1955	Decreto	24.906	Dispõe sobre extinção do ICIA
22/03/1956	Decreto	25.657	Transferência da administração da Ilha Anchieta, da Secretaria do Estado dos Negócios e Segurança Pública para a da Justiça e Negócios do Interior
20/03/1959	Decreto	34.772	Constitui Comissão destinada a estudar a utilização da Ilha Anchieta
11/03/1964	Decreto	43.146	Institui a Colônia de Férias da Ilha Anchieta
30/09/1969	Decreto-Lei	s/n	Concessão do uso da Ilha Anchieta à União para a instalação de uma Estação Quarentenária
29/03/1977	Decreto	9.629	Cria o Parque Estadual da Ilha Anchieta
06/06/1985	Resolução	40	Tombamento da área da Serra do Mar e de Paranapiacaba no Estado de São Paulo
29/12/2006	Decreto	51.453	Cria o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR
04/03/2009	Decreto	54.079	Altera artigos do Decreto 51.453

Através da organização dos dados, presentes na tabela acima, foi possível ilustrar uma cronologia da época prisional da ilha, mostrando, assim, quais foram as decisões tomadas pelos governos para a utilização da ilha como espaço público.

Então, para que haja a contextualização da implantação da prisão nesse território, se mostra necessário um breve histórico da ilha, indicando a evolução social no território e apontando as presenças de diversas comunidades naquele espaço. Em seguida, me atendo ao período de funcionamento do cárcere e aos fatos ocorridos no dia do levante, trabalhando também com as consequências dos eventos dessa data tão marcante na memória prisional do regional.

### **3.1. De Tapera de Cunhambebe à Ilha Anchieta**

A Ilha Anchieta (mapa em Anexo 2) está localizada a, aproximadamente, nove quilômetros do município de Ubatuba, cidade litorânea do norte do estado de São Paulo, com cerca de 75 mil habitantes. A ilha é considerada a segunda maior da região, possuindo 17 km de costa rochosa e sete praias.

Apesar do momento mais conhecido sobre o local ser a grande evasão do presídio, a história da Ilha Anchieta é repleta de grandes momentos, como mostra a apresentação do local pela publicação “Ubatuba Em Revista”:

A Ilha Anchieta [...] é muito conhecida por sua beleza particular, mas é importante saber que a ilha não é apenas um lugar paradisíaco. Rica em fatos históricos, já ouve (*sic*) uma base marinha, uma colônia correcional, plantações, foi habitada por povos de diversos países, já teve uma hospedaria de imigrantes bessarábios e romenos, já foi feita de presídio político na época do militarismo, [...] A Ilha Anchieta é cultura e ponto de interesse para quem busca além de turismo, história. (UBATUBA EM REVISTA, Ed. 3, 2008, p. 24).

A seguir, será apresentado um breve histórico do local, mostrando os principais fatos que fizeram da ilha um importante espaço de memória.

Desde o século XV até os dias atuais, a ilha foi palco de muitos acontecimentos históricos. Inicialmente, entre os anos de 1550, a região de Ubatuba era habitada pelos índios Tupinambás. Segundo Drogue e Fonseca (2005), citando o trabalho da arqueóloga Dorath Pinto

Uchoa, concluem que "a presença de grupos ceramistas em Ubatuba está marcada pelo sítio do Itaguá [...] definido pela ocupação tupinambá, [...]. Dorath confirma a passagem desse grupo também pela Ilha Anchieta, na qual existem vestígios da mesma índole." (DROGUETT E FONSECA, 2005, p. 110).

As tribos Tupinambás eram lideradas pelo cacique “Cunhambebe, (Koniam-bebê), homem de dois metros de altura cujo nome vem de sua gagueira e fala arrastada” (NUNES, 2002). A ilha tinha o nome de “Pô-Quâ”, que na língua tupi significa “pontuda” e acredita-se fazer alusão aos dois grandes morros presentes na ilha: Morro do Papagaio e Morro do Farol; era conhecida também como Tapira ou Tapera de Cunhambebe.

A chegada dos portugueses e franceses na região fez com que ambas as nações tentassem garantir a posse das “novas terras” e, para isso, começaram a “dominar” os índios, fazendo-os de escravos. Com o objetivo de proteger seus povos e suas terras, os índios Tupinambás e Tupiniquins se reuniram na formação da “Confederação dos Tamoios<sup>1</sup>” e passaram a enfrentar os portugueses.

Porém, para evitar uma guerra, a Coroa Portuguesa, com a colaboração dos jesuítas, padres José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, convenceram os tamoios a aceitarem um tratado que acertava o fim das hostilidades, tratado este que ficou conhecido como “Paz de Iperoig”.

Segundo Oliveira (2009, p. 74), acredita-se que o nome “Ilha dos Porcos” foi uma variação adotada pelos portugueses do nome indígena ilha “Pô-Quâ”, já que desde 1600 é possível encontrar essa denominação em documentos cartográficos portugueses e holandeses. Contudo, muitos ainda acreditam que a ilha recebeu esse nome pelo fato de seus moradores criarem esses animais, cujas miudezas, após o abate, eram despejadas no “Boqueirão”, para atrair tubarões e dificultar a fuga de detentos. O fato de a primeira instituição prisional ser inaugurada apenas em 1908 prova que essa teoria não condiz com a realidade.

Muitas instituições foram implantadas no território da ilha até a inauguração do presídio. No início de 1800<sup>2</sup>, a ilha abrigou um destacamento do exército português. Acredita-se que o destacamento tinha como objetivo manter a posse da terra para a Coroa. Nessa época a produção agrícola da região era formada principalmente de cana-de-açúcar. Em meados de 1808, existiam

---

<sup>1</sup> Segundo Oliveira (2009, p. 08), Tamoios é uma palavra oriunda da língua Tupi Guarani e significa “os primeiros donos da terra”, portanto a confederação era a união dos índios que eram os primeiros a ocuparem o território, sendo assim seus proprietários.

<sup>2</sup> Os dados a seguir foram retirados de uma tabela do texto “Histórico do Parque Estadual da Ilha Anchieta: dados cronológicos para orientação dos monitores que atuam no parque” (HORTA, 2011, p. 29).

na ilha 141 brancos e 19 escravos; já em 1814, sua população era formada por 252 brancos e 79 escravos; no ano de 1824 já se podia contar com 48 residências espalhadas pela ilha.

A partir de 1850, foi instalada na ilha uma base da marinha da Inglaterra para impedir o tráfico negreiro, que havia se tornado ilegal em território nacional desde 1830. No mesmo período, iniciaram-se as plantações cafeeiras no entorno das praias.

Apenas em 1885, criou-se a Freguesia do Senhor Bom Jesus de Ilha dos Porcos, a partir da Lei Provincial nº 11, de 21 de abril. No entanto, desde 1871, a ilha já era considerada “muito habitada”, apresentando um pequeno comércio e uma escola para rapazes com mais de trinta alunos, e muito produtiva, contando com engenhos de café e cana-de-açúcar, e um alambique.

No início de 1900, começaram a surgir as primeiras ideias da criação de novos espaços de detenção para o estado paulista. Em 1902, foram autorizadas as construções de uma Colônia Correccional e um Instituto Disciplinar, através da Lei nº 844, de 10 de outubro, projeto do Deputado Cândido Mota; as duas instituições seriam subordinadas à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça (OLIVEIRA, 2009, p. 08). A partir de 1904, iniciaram-se os preparativos para a implantação da “Colônia Correccional do Porto das Palmas”<sup>3</sup>, na Ilha dos Porcos. Em 1906, todos os moradores da ilha foram enviados para o continente: quatrocentas e doze pessoas foram desapropriadas para a construção do presídio. No ano de 1907, os primeiros condenados foram transferidos para a Colônia Correccional, ao todo 24 detentos. E, finalmente, em 1908, é inaugurada a Colônia Correccional (foto em Anexo 3), destinada aos homens que fossem considerados “vadios” pelas autoridades, de acordo com a Lei Contra os Vadios e Vagabundos, de 1893 (OLIVEIRA, 2009, p. 08). A Colônia Correccional do Porto das Palmas passa a ser o primeiro presídio de segurança máxima do Estado de São Paulo.

Porém, a colônia penal não durou muito, por seu custo de manutenção ser considerado muito elevado e por não conseguir cumprir com seu objetivo de reeducação e de reabilitação social. Em 1914, a instituição foi desativada pela Lei nº 1.445, de 28 de dezembro. Os detentos que cumpriam pena na ilha foram transferidos para o Instituto Correccional, futura Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté.

---

<sup>3</sup> Segundo Chastan (1978, p. 35), a Colônia Correccional do Porto das Palmas foi construída a mando do Governo do Estado de São Paulo, sendo seu presidente Jorge Tibiriçá, e secretários de justiça José Cardoso de Almeida e Washington Luiz Pereira de Souza. O projeto arquitetônico é assinado por Francisco de Paula Ramos Azevedo e o construtor responsável era o engenheiro Luiz Teixeira Leite.

Segundo Oliveira (2009, p. 9), no mesmo ano em que a Colônia Correccional foi desativada, as terras da ilha foram arrendadas para Agostinho Rossi, que repovoou a Ilha dos Porcos contratando caiçaras<sup>4</sup> para ali instalar uma indústria pesqueira e alguma atividade agrícola.

Durante 1920, as instalações da ilha abrigaram um posto de isolamento à epizootia<sup>5</sup>. A instituição, coordenada pelo Dr. Oscar Dutra e Silva com auxílio do Sr. Armando Meira Bohn, tinha a finalidade de cuidar da sanidade do rebanho pastoril de todo o estado paulista.

Franco (2001, p. 72) relata que, em 1926, o Governo Paulista transferiu dois mil imigrantes russos (bessarábios ou romenos) para a ilha. Segundo Oliveira (2009, p. 10), o jornal “A Cidade de Ubatuba”, de 23 de maio de 1926, noticiou:

O Governo do Estado acaba de aproveitar a Ilha dos Porcos, estabelecendo ali uma hospedaria de imigrantes. O diretor da hospedaria é o distinto cavalheiro Sr. João Tobias Filho. A Ilha está guarnecida por uma força do 1º Batalhão, composta de praças, dois cabos e dois sargentos, sob o comando do primeiro tenente Alcides do Valle. É médico da hospedaria, que já conta com mais de 2.000 imigrantes, o Sr. Dr. Boanerges Pimenta, recentemente nomeado. (A CIDADE DE UBATUBA, 1926).

Esses imigrantes se alimentavam das plantações deixadas pelos caiçaras, dentre elas, a de mandioca brava, planta cujas raízes só podem ser aproveitadas para a produção de farinha, já que contém veneno ácido cianídrico. Por desconhecimento, essas raízes foram ingeridas pela maioria dos novos habitantes da ilha, causando a morte de inúmeros colonos.

A partir de 1928, se iniciaram as reformas nas instalações da Colônia Correccional, pois, através da Lei 2.347, de 31 de dezembro, foi imposta a transferência do Instituto Correccional de Taubaté para a Ilha dos Porcos.

Artigo 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a Ilha dos Porcos o Instituto Correccional de Taubaté, modificada a sua denominação para Colonia Correccional do Estado de São Paulo. [...]

Artigo 5.º - O pessoal da Colonia Correccional será o mesmo existente no Instituto Correccional de Taubaté, terá [...] residência obrigatória na própria ilha [...]. (LEI 2.347, de 31 de dezembro de 1928)

<sup>4</sup> Segundo Adams (2000, p. 147), o termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani caá-içara e passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Segundo o Dicionário Aurélio, epizootia é uma doença contagiosa que atinge grande número de animais.

Porém, tal transferência não chegou a se concretizar. Com o desenrolar da Revolução de 1930, o Governo de Getúlio Vargas alterou o planejamento e, através do Decreto nº 5.080, em 26 de julho de 1931, criou o Presídio Político da Ilha dos Porcos, aproveitando a estrutura já existente no local. Ficou definido pelo decreto que:

Artigo 3º - Ficam creados [...] e o Presídio Político da Ilha dos Porcos

Artigo 4º - O Presídio Político da Ilha dos Porcos terá a seguinte organização: - Um Director, um auxiliar de Director, um medico, um almoxarife, um enfermeiro e um encarregado da lancha e usina. (Decreto nº 5.080, de 26 de Junho de 1931)

Então, como previsto, a instituição passou a encarcerar indivíduos oponentes ao governo. Porém, a penitenciária também continuou a abrigar pessoas condenadas por outros crimes. Como notifica a reportagem do jornal carioca “A Batalha”, de 04 de dezembro de 1932 (Ed. 912, p. 2): No dia 6 do mês da publicação, seguiu “com destino a Ilha dos Porcos a primeira leva de malandros que [...], destruíram installações [carcerárias em Santos]”. No ano de 1933, a Ilha Anchieta foi tema de manchete no periódico.

A fuga rocambolesca de 15 presidiários da Ilha dos Porcos

S. Paulo, 16 (União) – O longínquo presídio marítimo que está sito na ilha dos Porcos soffreu, com a revolução de Julho<sup>6</sup>. [...] Os presos que lá se encontravam [...] rebellaram-se contra a exigua guarda, que dominaram, e, a seguir, queimaram installações, quebraram tudo e desapareceram. [...]. (A BATALHA, Ed. 934, p. 2)

Em dezembro do mesmo ano, é publicado em Diário Oficial um novo decreto (Decreto nº 6.245), com a intenção de introduzir modificações na organização policial do Estado de São Paulo, definindo em seu Artigo 35.º que “Será extinto o Presídio Político da Ilha dos Porcos. Dentro de dois meses, providenciará [...] a sua transformação em Colonia Correccional”. Mesmo com a extinção, a atividade carcerária na ilha não deixou de acontecer. Muitos foram detidos nos anos seguinte, e, muitas vezes, grupos envolvidos com questões políticas, como foi durante a greve dos Ferroviários, em São Paulo. No mês de janeiro, “ao que se afirma, todos os grevistas serão transferidos para a Ilha dos Porcos” (A Batalha, Ed. 1193, p. 3).

---

<sup>6</sup> Revolução Constitucionalista de 1932.

Outro documento que comprova o funcionamento do presídio após o Decreto nº 6.245 é o Relatório produzido, no ano de 2003, pelo Núcleo de Estudos da Violência - NEV, da Universidade de São Paulo – USP. Tendo como responsáveis Fernando Salla, Marcos César Alvarez e Luís Antônio F. de Sousa, o estudo foi denominado “Construção das Políticas de Segurança e o Sentido da Punição, 1822-2000” e afirma que:

Em 29 de dezembro de 1933, o Decreto n. 6245 extinguiu o presídio político, mas mantinha a parte correcional. Em 19 de março de 1934, com o Decreto n. 6349, a Ilha dos Porcos passava a ser denominada Ilha Anchieta<sup>7</sup>. Mas foi sob a intensa atividade de intervenção na área de segurança pública durante o Estado Novo, que pelo Decreto-lei n. 12.924, de 4 de abril de 1942, foi criado o Instituto Correcional da Ilha Anchieta. Passava a ter três seções: a primeira, para condenados apenas de detenção e reclusão cujo internamento ali fosse solicitado pelo diretor da Penitenciária do Estado e determinação do Juiz das Execuções Criminais; a segunda, para os indivíduos sujeitos à medida de segurança detentiva; a terceira era para os condenados à prisão simples (à polícia cabia o recolhimento neste caso). Além disso, foi criado ali o Educandário Anchieta destinado aos menores de 16 a 18 anos. (SALLA *et al*, 2003, p. 64)

No início da década de 1940, novamente a administração pública previa uma reformulação da penitenciária na Ilha Anchieta. Em 4 de setembro de 1942, pelo Decreto-Lei nº 12.924, cria-se o Instituto Correcional da Ilha Anchieta e define como será reestabelecida sua estrutura, como apontado na citação acima. O documento prevê, num prazo de 120 dias, estar de acordo com a nova legislação no país, o Código Penal. Assinado por Getúlio Vargas em 7 de dezembro de 1940, é legitimado pelo Decreto-Lei nº 2.848. A grande diferença notada entre os Códigos Penais de 1890 e de 1940 é o fato de que a nova legislação não incluía as contravenções, ponto de extrema relevância da anterior. Abaixo seguem as medidas que deveriam ser tomadas pelo ICIA:

## CAPÍTULO II DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA EM ESPÉCIE

### **Divisão das medidas de segurança**

Art. 88. As medidas de segurança dividem-se em patrimoniais e pessoais. A interdição de estabelecimento ou de sede de sociedade ou associação

---

<sup>7</sup> Durante esse processo ocorreu mais uma transformação para aquele local, alterando os nomes das futuras instituições que ali seriam instaladas. A partir de 1º de março de 1934, a ilha passa a ser chamada de Ilha Anchieta, em homenagem à comemoração do 4º centenário do nascimento do Padre José de Anchieta, (1534-1597), como previsto pelo Decreto 6.349, de 1 de março de 1934, assinada por Armando da Salles Oliveira, o então Inventor Federal no Estado de São Paulo.

e o confisco são as medidas da primeira espécie; as da segunda espécie subdividem-se em detentivas ou não detentivas.

**Medidas de segurança detentivas**

§ 1º São medidas detentivas: [...]

III - a internação em colônia agrícola ou em instituto de trabalho, de reeducação ou de ensino profissional. [...]

**Internação em colônia agrícola, ou em instituto de trabalho, de reeducação ou de ensino profissional.**

Art. 93. São internados em qualquer dos estabelecimentos referidos no art. 88, § 1º, n. III, segundo pareça ao juiz mais conveniente:

I - durante dois anos, pelo menos, o condenado por crime doloso, se reincidente;

II - durante um ano, pelo menos:

a) o condenado a reclusão por mais de cinco anos;

b) o condenado a pena privativa de liberdade, se o crime se relaciona com a ociosidade, a vadiagem ou a prostituição. (BRASIL, Código Penal, 1940)

Porém, as exigências não foram cumpridas de pronto. Somente no ano seguinte da publicação do Decreto-Lei nº 12.924 a regulamentação do ICIA foi instituída, através de documento assinado no dia 12 de janeiro de 1943, por Fernando Costa, então Interventor Federal no Estado de São Paulo. Um ponto que chama a atenção é o fato de, além de considerar os artigos 88 e 93 do Código Penal (como havia sido previsto), o documento também ressalta medidas do Código de Contravenções (Decreto nº 3.688, de 3 de outubro de 1941).

Em funcionamento há dois anos, o presídio novamente recebeu um grupo de presos políticos. No ano de 1945, integrantes do Grupo *Shindo Renmei* foram recolhidos no ICIA. Tal grupo era formado por imigrantes japoneses, que tinham como objetivo fiscalizar a obediência ao Imperador Hirohito, executando seus compatriotas quando considerados traidores (OLIVEIRA, 2009, p. 13). Porém, não causaram nenhum problema na penitenciária, sendo considerados muito trabalhadores (FRANCO, 2001, p. 72).

O Instituto Correccional da Ilha Anchieta funcionou até o ano de 1955, passando pela grande rebelião em 1952, e então foi definitivamente fechado pelo Decreto nº 24.906 do governo do estadual de São Paulo, que tinha como líder Jânio Quadros.

Após o encerramento das atividades carcerárias na ilha, houve inúmeras tentativas de ocupação daquele espaço. Porém, são poucos os relatos encontrados sobre o período entre 1955 a 1977, quando o parque estadual é implantado. A seguir, serão apresentados alguns dos projetos de utilização daquele território durante tais vinte e dois anos.



### 3.2. Transformação do presídio em parque

Após cinco décadas em funcionamento como cárcere, a Ilha Anchieta encontrava-se abandonada, praticamente sem moradores. Porém, não demorou muito para que as atenções das autoridades governamentais voltassem seu interesse para a utilização da infraestrutura já construída naquele local.

Já no início do ano seguinte ao fechamento do presídio, em fevereiro de 1956, começaram rumores da implantação de um Educandário, como descrito na reportagem do periódico carioca *Correio da Manhã*:

#### RECUPERAÇÃO DOS MENORES DELINQUENTES

São Paulo, 9 – O diretor do Serviço Estadual de Menores apresentou à consideração dos menores delinquentes do Estado. Segundo estudo a esse respeito elaborado, o governo manterá um recolhimento para a triagem dos melhores elementos do antigo Instituto Modelo de Menores. Esses menores depois dos necessários exames serão encaminhados à ilha Anchieta, onde receberão ensinamentos agrícolas, industriais e outros, em estabelecimento adequado que ali será instalado pelo Estado. Conforme o comportamento do menor na Ilha Anchieta, será ele transferido para a Escola de Mogi Mirim, que representa o derradeiro estágio no progresso de sua recuperação. O diretor do SEM acredita que ainda no decorrer deste ano o plano será pôsto em prática.

(CORREIO DA MANHÃ, Ed. 19.289, pg. 5)

Tais rumores se mantiveram e o espaço passou a ser estudado para definir as medidas necessárias para a efetiva implantação do Educandário de Menores. Em 4 de agosto de 1957, o *Diário Carioca* noticiou que “dentro de 90 dias, deverão ser encaminhados para a Ilha Anchieta os primeiros menores infratores” (*Diário Carioca*, Ed. 8.914, p. 4). Porém, os anos se passavam e as medidas não eram tomadas.

Após dois anos, encontrava-se escrito nos jornais a mesma notícia. Como pode ser exemplificado pela nota publicada na sexta página do periódico *Tribuna da Imprensa*, no ano de 1959: “A Ilha Anchieta, célebre presídio do litoral, será reaproveitada. Como abrigo de menores”. (*Tribuna da Imprensa*, Ed. 2.812, p. 6). Apesar das publicações sobre os fatos, o planejamento não saiu do papel. Ainda mesmo ano, no mês de maio, o mesmo periódico publicou outras informações sobre a ilha:

O presídio da Ilha Anchieta, parcialmente destruído pelo incêndio provocado pelos presidiários revoltados, terá o seu destino traçado nos próximos dias pelas autoridades bandeirantes. A comissão encarregada de estudar o assunto já se mostrou contrária ao aproveitamento da Ilha como Colônia Penal. O governador, agora, dará a sua palavra final sobre o assunto. (TRIBUNA DA IMPRENSA, Ed. 2.839, p. 10)

Finalmente, ficou definida que a implantação do educandário de menores não seria cumprida para aquele espaço. E uma nova medida foi sugerida, a transformação da ilha “em aprazível colônia de férias dos funcionários públicos. Não será mais presídio” (Tribuna da Imprensa, Ed. 2.851, p. 10). Ideia que se manteve ao longo dos próximos anos. Até que em 30 de março de 1964, através da moção nº 62, o tema volta a ser citado:

Um dos primeiros atos do atual Secretário do Trabalho, Indústria e Comércio [Dr. Roberto Gebara] [...]. Tratou, igualmente, do problema do aproveitamento da Ilha Anchieta, objetivando, após as necessárias reconstruções e adaptações, a instalação nesse local de uma colônia de férias para o homem que trabalha, para o que já obteve a liberação de uma verba [...], com que se dá início a essa obra, tendo já técnicos sido enviados à Ilha Anchieta, a fim de fazer o levantamento das condições em que se encontram os prédios do antigo e fatídico presídio ali existente, ao mesmo passo que cuida, logo que seja transferido aquele patrimônio para a S.T.I.C., da com de uma lancha para o transporte à ilha. (Câmara Municipal de São Paulo, Moção nº 62, de 30-03-1964)

Outras possibilidades para a utilização da ilha foram apresentadas, como a proposta de Paulo Egydio Martins, Governador do Estado de São Paulo de 1975 a 1979. A proposta era a criação de um laboratório de criação de ostras, visando incentivar o desenvolvimento das famílias caiçaras da região, ideia que já havia sido implantada na Ilha do Cardoso e na Ilha das Ostras. Porém, assim como ocorreu anteriormente, tal medida também não foi cumprida

A ideia era criar três ou quatro polos, no litoral norte e sul, para o desenvolvimento de uma atividade que daria uma outra condição de ganho ao caiçara e estaria mais próxima da sua condição original de pescador. Fiz um outro laboratório no litoral norte, na Ilha Anchieta, que tinha um antigo presídio desativado. Lamentavelmente, eu estava no fim do governo, e há uma lei que proíbe que se nomeiem funcionários seis meses antes de se encerrar o mandato. Quando estava tudo pronto, não pude nomear os funcionários para a Ilha Anchieta. E quando meu sucessor assumiu, um dos seus primeiros atos foi acabar com tudo: laboratórios, pesquisas, tudo. O pessoal da pesquisa debandou e o assunto morreu. Pouca gente sabia da história, a imprensa não deu a menor atenção, e o assunto foi enterrado. E o nosso caiçara continua trabalhando como caseiro. (MARTINS, 2007, p. 446)

Apenas no ano de 1977 se realizou a “Criação do Parque Estadual da Ilha Anchieta – PEIA” (FRANCO, 2001, p. 73). Foi através do Decreto nº 9.629, de 29 de março de 1977, que o PEIA foi implementado. Atualmente, o parque é uma instituição subordinada pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal<sup>8</sup>, e é dirigido por Carolina Rodrigues Bio Poletto.

1977. Foi criado o Parque Estadual da Ilha Anchieta pelo decreto número 9.629 de 29 de março de 1977. O objetivo do Parque é de proteger os recursos naturais, fauna e flora, belezas naturais, monumentos históricos, também destinados à pesquisa, educação ambiental e lazer. (ROBIM, 1999, p. 5).

Em 1989, foi implantado um Plano de Manejo no parque, que visava ao zoneamento de sua área. A ilha foi dividida em zonas intangíveis, para a preservação e pesquisa científica; zona de recuperação, somente voltada para pesquisa de áreas degradadas; zona de uso intensivo, que garante a recreação e lazer de turistas; e zona de uso extensivo, onde as visitas devem ser guiadas, que buscam orientar na interpretação de trilha e na educação ambiental.

A ilha é composta por cerca de 820 hectares, com cinco trilhas principais: Trilha do Saco Grande, Trilha do Engenho, Trilha Subaquática, Trilha da Represa e Trilha da Praia do Sul (foto de planta baixa em Apêndice 1). No local é possível apreciar a água do mar "transparente onde, costumeiramente, podemos ver cardumes de pequenos peixes, nadando despreocupadamente, que nos convidam para ali morar." (OLIVEIRA, 2009, p. 102)

É possível encontrar hoje na ilha uma boa infraestrutura para os turistas, contendo sanitários, quiosques para piqueniques e uma sala de exposição (foto da sala de exposição em Apêndice 2), que apresenta painéis que contam a história da ilha e sua fauna e flora. Há também a presença constante de guias, que ficam à disposição dos visitantes, informando sobre as trilhas, histórias e lendas da ilha.

Há alguns anos, o Projeto Tamar<sup>9</sup> tinha um posto voltado para os turistas e um ponto de pesquisa na Praia do Sul, para coleta de informações dos espécimes das tartarugas marinhas.

<sup>8</sup> Segundo o site oficial, a Fundação Florestal é um órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, [e] tem por objetivo contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de proteção e produção do Estado de São Paulo.

<sup>9</sup> Segundo o site oficial, Tamar “foi criado a partir da combinação das sílabas **t**artaruga **mar**inha” e o projeto passou a funcionar no ano de 1980.

“Hoje os tanques estão vazios. As tartarugas foram levadas para a base do Tamar no Itaguá, na cidade de Ubatuba.” (OLIVEIRA, 2009, p. 102-103).

Porém, o que chama atenção na ilha é a forma como o passado e o presente se encontram, através das edificações lá existentes. Ao caminhar pelas praias, principalmente na chamada Praia do Presídio, é possível encontrar ruínas das celas, cozinha, lavanderia, casas de oficiais e também edificações adaptadas para servir de estrutura para o PEIA, como o prédio de administração, a escola (atualmente, o alojamento) e a casa do diretor do presídio. Além desses, temos, em outras praias, mais ruínas de casas e o cemitério do presídio.

O primeiro prédio que se vê ao chegar na ilha é o imponente edifício da administração do PEIA (foto em Apêndice 3), restaurado na década de 1990. Em 1939, seus aposentos eram divididos entre dormitórios de funcionários e de vigilantes, salas do enfermeiro e do diretor da Colônia Correccional, radiotelegrafo e escriturários. Oliveira (2009) aponta que entre "o presídio e a praia, estão as instalações da administração, que foram recentemente reformadas com recursos provenientes do Banco Mundial, através do Comandante Henrique, da Marinha, o qual que tem o carinho especial pela Ilha." (OLIVEIRA, 2009, p. 103).

Outros edifícios ainda se encontram em bom estado de conservação, tendo sido a maioria deles restaurados ao longo dos anos. São eles: a Casa do Diretor do Presídio (foto em Apêndice 4); a Casa do Comandante do Destacamento, que atualmente é a Casa de Guarda; a antiga escolinha utilizada pelos filhos dos funcionários do ICIA; e a Capela do Senhor Bom Jesus da Ilha Anchieta, que foi reativada em 6 de agosto de 1999 (foto em Apêndice 5).

Segundo Oliveira (2009, p. 103), “impressionantes mesmo são as ruínas”. Apesar de terem passado por um longo processo de degradação, causada pela passagem do tempo e pelas condições climáticas do local, a estrutura dos prédios permanece conservada, apenas seus telhados não resistiram à ação dos agentes degradadores.

Além dos pavilhões do presídio (foto em Apêndice 6), estão em ruínas: um muro que indica o limite do antigo cemitério (foto em Apêndice 7); a casa do médico, da qual só restaram duas colunas e uma escadaria (foto em Apêndice 8); duas<sup>10</sup> casas que faziam parte da Vila Militar (foto em Apêndice 9); duas guaritas, uma localizada atrás do presídio (foto em Apêndice 10) e

---

<sup>10</sup> Além das duas casas, citadas por diversos autores, durante as pesquisas de campo foram localizados mais uma pequena edificação e um poço, embrenhados no meio da mata.

outra ao lado do quartel (foto em Apêndice 11); o prédio que abrigava o quartel do destacamento, que “resistiu ao ataque dos presos e também ao implacável tempo” (OLIVEIRA, 2009, p. 103).

Uma grande diferença que foi reparada na visita do ano de 2016 foi a retirada dos telhados dos pavilhões (foto em Apêndice 12) e a sinalização de cada espaço dentro do pátio principal (foto em Apêndice 13), o que possibilitou mais acesso e informações sobre as ruínas.

Segundo Franco (2001, p. 73), o que se pode esperar agora é o sonho de um dia ver “todas as instalações da Ilha devidamente restauradas e utilizadas como ambiente de pesquisa e culturais, preservando-se e resgatando-se desta forma, efetivamente, a Memória da Ilha Anchieta”. Desejo esse que vem se realizando através do esforço de inúmeras pessoas, que têm como principais apoios o Parque Estadual da Ilha Anchieta e o grupo “Filhos da Ilha”.

Para dar segmento à pesquisa, no próximo capítulo irei me aprofundar nos ocorridos do dia do motim, apresentando com mais detalhes como se estruturou a criação do plano de fuga e os preparativos e os acontecimentos da rebelião. Neste sentido, o foco é como esse dia afetou as comunidades da região, partindo de narrativas orais dos Filhos da Ilha e de periódicos da época.

#### **4. O DIA DO MOTIM E SUAS REPERCUSSÕES**

Após essa breve retrospectiva, é possível perceber que a Ilha Anchieta passou por momentos marcantes na história do sudeste. Sendo foco de atenção dos governantes do país e dos principais periódicos, principalmente, dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Porém, apesar de ter sido palco de uma série de eventos importantes para a formação da memória daquela sociedade, o dia em que a ilha foi dominada pelos internos do presídio foi o momento mais impactante do local.

Sendo assim, em seguida, irei me aprofundar na organização dos presos para a realização do motim e no desenrolar de fatos. Através do relato de um dos sobreviventes do evento, as principais fontes de informação utilizadas foram periódicos publicados na época, artigos e livros voltados para a história ilhéu.

##### **4.1. O plano de mestre**

A manhã do dia 20 de junho de 1952 começou como todas as outras na Ilha Anchieta. Militares e funcionários trocavam de turno, as mulheres e crianças começavam a fazer suas tarefas matinais e os presos seguiam a caminho de seus trabalhos diários. Ninguém diria que esta ilha estaria prestes a presenciar “o maior levante de presidiários da história”, como definiu o jornal carioca Diário da Noite, de 23 de junho de 52 (Ed. 5.402, p. 1).

Antes de começar a narrar os acontecimentos dessa data marcante, é necessário explicar como tudo foi detalhadamente pensado pelo detento considerado o autor intelectual da fuga. Álvaro Fernando da Conceição Carvalho Farto, apelidado de Portuga, foi enviado para o Instituto Correccional da Ilha Anchieta – ICIA no natal de 1951. Portuga já era conhecido da mídia por ter participado de outra evasão. Em 29 de Outubro de 1951, ele e mais cinco detentos fugiram da Penitenciária do Estado de São Paulo, Carandiru, o que o fez ser transferido para o ICIA. Segundo Vianna, Portuga precisou de cerca de seis meses observando e estudando a rotina do presídio "para planejar e arquitetar a rebelião com firmeza e pulso forte" (1986, p. 143).

Algum tempo antes da grande rebelião, Álvaro Farto solicitou ser removido para uma das celas isoladas justificando que estava sendo jurado de morte por seus companheiros de pavilhão. Foi na cela isolada que o plano de fuga foi desenvolvido. Como aponta Vianna, "todas essas falhas [da administração do presídio] eram observadas, anotadas e levadas ao conhecimento do Portuga – recolhido à Isolada a seu pedido – que devagarinho formulava o seu plano de fuga, tudo detalhado em seus mínimos pontos." (1986, p.145).

A primeira ordem dada por Portuga foi para que todos os detentos passassem a ter uma conduta exemplar, para assim não levantar nenhuma suspeita e ganhar a confiança dos militares e funcionários do presídio.

O regime do presídio era semi-aberto, trabalhavam durante o dia e eram recolhidos aos pavilhões, ao entardecer. Em função do bom comportamento, alguns presos conquistavam certas regalias e passavam a trabalhar em serviços gerais, como rachar lenhas ou carpir quintais nas casas dos funcionários civis, em troca de cigarros, sabonete, creme dental, doces... Outros presos "bons" varriam as ruas ou exerciam algum outro serviço de utilidade pública na comunidade. (FRANCO, 2001, p. 09).

Assim, todos atenderam a ordem, principalmente os presos que eram encarregados do corte e transporte de lenha. Eles tinham como finalidade diminuir o espaço de distância entre os presos e os guardas, imposto pelo Regulamento Interno.

Então, Portuga pediu ao detento vulgo Mão Francesa, que assumia a função de barbeiro dos funcionários civis, que conseguisse ser transferido para a barbearia dos praças, localizada no quartel do destacamento, para que pudesse anotar a escala de trabalho dos militares e fazer croquis do quartel e depois enviar as informações para sua cela. Oliveira (2001) aponta que Mão Francesa cumpriu rigorosamente as ordens do chefe e o plano foi se formando. Na intimidade do Destacamento, o barbeiro foi copiando as escalas de serviço e observando outros pormenores que poderiam servir de informação ao planejador. (OLIVEIRA, 2001, p. 32)

Outro detento, conhecido como Leitão, que era encarregado da limpeza das ruas em frente ao presídio, deveria adular o então diretor Capitão Fausto Sadi Ferreira, que era conhecido por ser um grande atirador. Leitão deveria incentivar o diretor a praticar tiros e elogiar sua pontaria, para que tal prática se tornasse cada vez mais frequente.

O Capitão Sadi, exímio atirador... Ele gostava de treinar tiro ao alvo, [...] O barulho dos tiros passou a ser corriqueiro na Ilha. Uma distração do Diretor... O

Rei era bom demais... / Capitão Paulo Vianna [ex-diretor do presídio] jamais permitiu tiros na Ilha e se houvesse era sinal de alarme... (FRANCO, 2001, p. 15)

O presidiário Fumaça trabalhava então no almoxarifado da instituição e deveria se informar com antecedência da data de vinda da lancha Ubatubinha, que vinha da cidade de Santos trazendo mantimentos para a Ilha. A lancha seria utilizada como principal veículo de fuga, já que seu tamanho seria capaz de abrigar grande parte dos detentos.

Por fim, Portuga elegeu o detento João Pereira Lima como líder do grupo do transporte de lenha e colocou os detentos Jerico e Ildefonso no comando do grupo do corte de lenha. A rebelião deveria ser iniciada na volta desses grupos para o presídio.

Antes do desenvolvimento do plano, era necessário diminuir o número de militares no dia da rebelião. Para isso, foi planejado o assassinato de Dentinho, um menor que era considerado o “dedo-duro” do presídio e os presos deveriam reportar aos funcionários que o menor planejava uma fuga há tempos. Então, um dia antes do grande levante, Dentinho foi assassinado e enterrado no final da Praia das Palmas. As autoridades, acreditando em sua fuga, enviaram um grupo de seis militares e o funcionário Antonio Francisco Alves, o Escoteiro<sup>11</sup>; em sua busca.

Após a etapa de preparação concluída, os internos esperaram o dia da chegada da lancha. A seguir, apresento detalhadamente os acontecimentos da rebelião, para assim demonstrar sua grandiosidade para a época e, principalmente, para a região.

## 4.2. O dia tão esperado

Enfim, amanheceu o dia 20 de junho de 1952. O número de detentos que cumpriam pena no Instituto Correccional da Ilha Anchieta – ICIA totalizava 452 presos. Eram seis e meia da manhã quando a escolta policial responsável pelo corte e transporte de lenha (mapa em Anexo 4) se reunia em frente ao prédio da administração do presídio. A escolta era formada por um

---

<sup>11</sup> Segundo OLIVEIRA (2001, p. 83-84), poucos anos antes do levante, *Escoteiro* foi enviado ao Instituto Correccional da Ilha Anchieta – ICIA, preso por trabalhar como olheiro em um cassino, porém nem processo contra ele foi aberto. Por mérito e bom comportamento, foi contratado como funcionário público pelo Diretor Paulo Vianna e passou a trabalhar na carceragem. *Escoteiro* cumpriu suas funções até o fechamento do presídio em 1955, e mais tarde se aposentou na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté.



sargento, três soldados e dois funcionários civis. O trabalho seria feito por 124 presos, divididos em dois grupos.

O primeiro grupo, formado por doze detentos, iria seguir o caminho para o Morro do Papagaio. Os oficiais responsáveis eram o Sargento Theodósio Rodrigues dos Santos e o Soldado Geraldo Braga. O segundo grupo contava com 112 presos e seguiria em direção ao Pontal da Cruz. Todos esses detentos seriam escoltados apenas por dois soldados, Soldado Hilário Rosa e Soldado Manoel França Ayres, e dois funcionários civis desarmados, Sr. Hélio Barros e Sr. Higinio Perez.

Dentre essa centena de prisioneiros se encontrava João Pereira Lima, que ficou conhecido como o General do levante. João Pereira Lima era 2º Sargento da Força Pública do Estado de São Paulo e foi condenado pela primeira vez por assassinar o 2º Sargento do Exército Theodomiro Freitas Santos, em um bordel na Rua Brigadeiro Tobias no dia 11 de abril de 1939, na capital paulista. Sua pena incluiu, além da expulsão da Força Pública, onze anos no Manicômio Judiciário, de onde fugiu em novembro do mesmo ano. Após algumas outras recapturas e fugas, foi finalmente recolhido para o Instituto Correccional da Ilha Anchieta – ICIA, em 3 de março de 1950.

As tarefas seguiram normalmente. Ao chegarem ao Pontal da Cruz, os detentos se dividiram em pequenos grupos para recolher os troncos já cortados. De repente, João Pereira Lima ataca o Soldado Manoel França Ayres, desarmando-o. Em seguida, o soldado e o funcionário Hélio de Barros foram amarrados em uma árvore.

Pereira Lima pede para um dos detentos chamar Soldado Hilário, segundo oficial responsável pela escolta, enquanto se esconde atrás de uma grande pedra. Quando o soldado retornou da frente do grupo de marcha, Pereira Lima o matou com um tiro de fuzil. O outro funcionário presente, Sr. Higinio Perez foi rendido e amarrado com os demais.

Ao ouvirem os tiros, os doze presos que haviam ido em direção ao Morro do Papagaio, reconheceram o sinal e atacaram os militares de sua escolta com os machados usados para cortar lenha. O Sargento Theodósio Rodrigues dos Santos e o Soldado Geraldo Braga não resistiram ao ataque. Para seguirem o caminho sem levantar suspeita, as armas e machados foram escondidos entre feixes de lenha que os amotinados carregavam sobre os ombros.

Estava iniciado o grande motim da Ilha Anchieta. Com os dois grupos reunidos, mais de cem detentos estavam “livres”, porém tinham apenas três fuzis e uma carabina *Winchester* em seu

poder (OLIVEIRA, 2001, p. 36). Como planejado por Portuga, o próximo passo seria atacar o quartel de destacamento dos praças (foto em Apêndice 14), a fim de conseguir mais armamento. "Então, cada qual pegou um feixe de lenha, para disfarçar, e já armados com quatro fuzis, desceram tranquilamente, em fila, passando por dentro da Vila Militar, o que não era de praxe, seguindo direto para a Casa de Armas." (FRANCO, 2001, p. 25-26).

Por estarem acostumados com os tiros dados pelo Diretor Sadi todas as manhãs, os militares do quartel não esperavam nenhum problema. Porém, quando menos se imaginava, o ataque ao quartel (planta baixa do quartel em Anexo 5) começou com o comando de Pereira Lima, depois de atirar, através da janela da reserva de arma (foto em Apêndice 15), no Soldado Otávio dos Santos, responsável pelo armamento.

O detento Jorge Floriano, mais conhecido como China Show<sup>12</sup>, ficou armado e estrategicamente posicionado ao lado de fora da janela do corredor, tendo, assim, total visão da entrada de todas as salas do prédio, inclusive da sala de armas; sua função era atirar em qualquer soldado que se aproximasse para se armar.

Os soldados que ali estavam; [...] não puderam chegar até suas armas, porque o terrível bandido China Show, armado com um fuzil, estrategicamente postado diante da janela do corredor central, tinha total visão da entrada da sala de armas e atirando, impediu a aproximação desses soldados que não tiveram como enfrentar aquela tuba assassina. (OLIVEIRA, 2009, p. 37).

Enquanto isso, os demais amotinados invadiram o quartel pelas outras janelas e destruíram o local, massacrando a maioria dos militares ali presentes. Segundo Oliveira (2001, p. 38), os soldados José Eugênio Paduan, José do Carmo, José Laurindo, Bento Moreira, Benedito Damásio dos Santos e o Sargento Melchíades Alves de Oliveira<sup>13</sup> resistiram bravamente e morreram lutando. Também foi vítima desse combate o detento João Alves dos Santos, vulgo *Swing*. Ao final do ataque, a estação de radiotelégrafo havia sido destruída, o que deixou a ilha incomunicável (FRANCO, 2001, p. 26).

Após tomarem posse da maior parte do armamento de toda a ilha, dentre eles fuzis, mosquetões, metralhadoras *Schimeisser*, pistolas, revólveres, armas brancas e farta munição

---

<sup>12</sup> Em depoimento, o Cabo José Sudário Franco define Jorge Floriano como homem muito forte, viril e muito temido pelos demais detentos. Era chamado de China Show por possuir olhos “puxados”, lembrando um oriental, e por estar sempre envolvidos em confusões e brigas. (FRANCO, 2001, p. 10).

<sup>13</sup> O Sargento Melchíades Alves de Oliveira ocupava o cargo de manipulador da farmácia do instituto.

(OLIVEIRA, 2001, p. 38), os amotinados, a partir da ordem de seu General, foram divididos em dois grupos. O primeiro seria chefiado pelo próprio Pereira Lima e seguiria para as residências do Diretor e do Tenente Comandante da Guarda Militar, que estava servindo de refúgio para alguns soldados e funcionários. O segundo seria comandado pelo preso Geraldo Francisco de Oliveira, também conhecido como Negrão da Cozinha, e tinha como objetivo invadir as dependências do presídio e libertar todos os detentos. Com os quatrocentos e cinquenta e dois amotinados livres, a ilha foi tomada pelo terror. Como conclui Oliveira: "A vitória dos presos foi completa, e, agora em liberdade, passaram a dar as ordens na ilha, ocupando os lugares das autoridades". (OLIVEIRA, 2001, p. 38).

Conforme o grupo liderado por Pereira Lima foi cumprindo seus objetivos, as autoridades do presídio foram se rendendo, uma a uma. O Comandante do Destacamento, Tenente Odvaldo Silva, após lutar bravamente, foi convencido pelo Soldado José Salomão das Chagas<sup>14</sup>, a se render.

Após intensa batalha, o diretor Sadi também foi ferido com um tiro dado pelo detento China Show e obrigado a se entregar; João Pereira Lima que impediu sua morte, dizendo "Em prisioneiro não se põe a mão! Quem tocar no capitão Sadi será morto. A sua vida está garantida." (FRANCO, 2001, p. 27). O General do motim mandou então que seus seguidores trancassem todas as famílias presentes na ilha em um pavilhão do presídio, juntamente com o Tenente Odvaldo e o diretor Sadi, para que assim ficassem seguros.

Em meio a todo aquele massacre, uma voz se fez ouvir. "Se eu souber que uma mulher ou criança foi maltratada, o autor terá morte pelas minhas mãos"... Era João Pereira Lima, falando alto para que todos o ouvissem e acrescentou: "Nosso fim é a fuga...". Foram frases que estão gravadas até os dias de hoje na mente dos mais de sessenta sobreviventes [...] e certamente estarão na história da Ilha Anchieta para sempre. (OLIVEIRA, 2001, p. 39-40).

Durante esse ataque à casa do diretor, os soldados Bento Moreira e Benedito Damásio dos Santos foram executados pelo detento Floriano Pedro da Silva, também conhecido como Tabu.

---

<sup>14</sup> O Soldado José Salomão das Chagas atualmente é tenente aposentado, "Filho da Ilha" e monitor do Parque Estadual da Ilha Anchieta.

Assim que saiu da casa de Fausto Sadi, China Show e outros amotinados foram atrás de Portugal de Souza Pacheco, Chefe de Disciplina<sup>15</sup> do ICIA. Portugal foi o primeiro civil a morrer, segundo depoimento de Eduardo Gabriel da Graça Filho; o chefe de disciplina foi fuzilado por China Show no quintal de sua casa, na frente de sua esposa e filho. Em depoimento, Escoteiro declara:

Os Chefes de Disciplina eram durões e foram mortos por vingança. O Portugal Pacheco, por exemplo, não dava moleza de jeito nenhum. Naquele dia ele estava em sua casa e ouvindo os tiros na rua, saiu e ali estavam vários presos prontos para acabar com sua vida. [...] Quando virou as costas, deram o primeiro tiro, e depois os outros avançaram sobre ele, atirando [...], um horror sem limites, na frente da sua esposa e do filho de cerca de 2 anos. (FRANCO, 2001, p. 21).

O grupo de amotinados que seguiu em direção ao prédio do presídio, após libertar o restante dos detentos, invadiu o prédio de administração do ICIA, saqueou o cofre e dividiu, entre si, cerca de cem mil cruzeiros, ateou fogo nos arquivos, o que gerou um grande incêndio no local; e se apossou das bebidas alcoólicas que encontrou.

Naquele momento, a ilha já estava totalmente dominada pelos presidiários, porém algo inesperado aconteceu. A lancha Ubatubinha (foto em Anexo 6), que seria o meio de fuga estava atrasada, pois nos dias que antecederam a rebelião, o mal tempo fez com que o mar ficasse revoltado, o que impedia sua travessia. Alguns detentos, sabendo “que a polícia não se resumia em apenas aquele destacamento” (OLIVEIRA, 2001, p. 40), alteraram o plano.

Poucos amotinados conseguiram pegar as canoas existentes no barracão de pesca. Pereira Lima e Zenon Kinon, vulgo Timoshenko, roubaram a lancha do presídio Carneiro da Fonte (foto em Anexo 7), que tinha capacidade de cinquenta pessoas, porém a ânsia de fugir era tanta que quando a pequena embarcação zarpou do cais da Praia do Presídio com um número excessivo de fugitivos.

Ao chegarem ao continente, por inexperiência do piloto improvisado, “Timoshenko”, a toda velocidade, que a lancha encalhou na rasa praia de Ubatumirim, onde rachou ao meio, [...] Uns caindo sobre os outros, pisotearam

---

<sup>15</sup> Segundo o depoimento de Maria Aydee Cardoso, uma “Filha da Ilha”, a equipe responsável pela disciplina dos detentos, chefiada por Portugal de Souza Pacheco, era formada pelo Sargento Cherubim de Lima Franco, Cabo José Sudário Franco e os soldados Nelson de Jesus e Benedito Damásio dos Santos. (OLIVEIRA, 2001, p. 80)

e afogaram os de menor sorte que, naquele momento de susto e desespero, acabaram por encontrar a morte. (OLIVEIRA, 2001, p. 41)

Quando a Ubatubinha avançou pelo *Boqueirão*, seu comandante Mestre Tiãozinho notou que havia algo errado na Ilha. Havia fumaça saindo do prédio da administração, “embora o fogo tivesse sido dominado há algum tempo” (VIANNA, 1987, p. 99); e muita movimentação em frente ao presídio, detentos armados. Ao perceber o que estava realmente acontecendo, ordenou que dessem ré e a lancha, maior esperança dos fugitivos, retornou ao continente. Segundo Olivera, "Foi uma sorte imensa o atraso da ‘Ubatubinha’, no dia 20. Do contrário, ao invés de uma centena de presos fugidos, teríamos mais de três ou quatro centenas de fugitivos – senão a totalidade deles -, espalhando o terror e o medo pelo Continente." (VIANNA, 1987, p. 100).

Aqueles que conseguiram chegar ao continente foram para as serras que rodeiam a cidade de Ubatuba e seguiram em direção às cidades de Parati – RJ e Caraguatatuba – SP (mapa em Anexo 8).

Após a travessia, [os fugitivos] ganharam as serranias de Ubatuba e Caraguatatuba, onde passaram a “assaltar”, infundindo medo e terror à população. Cenas dantescas aconteceram. Seminus, famintos, porém, sedentos de sangue, os amotinados tinham em mente colocar o maior espaço entre eles e a Ilha Anchieta e no mais curto tempo. (OLIVEIRA, 2001, p. 41)

De volta à ilha, sem esperanças, alguns detentos que haviam ficado na ilha se juntaram formando um grupo liderado por Francisco Faria Júnior<sup>16</sup>. Este grupo permaneceu fiel à administração do presídio, uma forma de rendição e passou a defender as famílias, funcionários e militares sobreviventes.

Faria Júnior [...] protegeu a vida de muitas mulheres e crianças, [...] Mais tarde, tendo esse fato documentado pela nova direção da Ilha Anchieta, Faria Júnior foi premiado, ganhando sua liberdade. Deixou a Ilha gloriosamente e só voltou um dia como funcionário, Guarda de Presídio, onde trabalhou vários anos. (OLIVEIRA, 2001, p. 98)

---

<sup>16</sup> Segundo OLIVEIRA (2001, p. 97), Francisco Faria Júnior foi enviado para o Instituto Correccional da Ilha Anchieta – ICIA em 1940. Era considerado inadapável e inconveniente à disciplina e sua pena somava cento e quatro anos de detenção pelo assassinato de quatro pessoas.

Enquanto a rebelião ainda acontecia na ilha, o Soldado Simão Rosa da Cunha atravessou a nado os oito quilômetros que separavam a Ilha Anchieta e a cidade de Ubatuba. Ao chegar no continente, dirigiu-se até a Praia da Enseada e informou o ocorrido ao Cabo José Sudário Franco, que estava de serviço daquele posto. Então, o Cabo Sudário seguiu até Caraguatatuba e conseguiu entrar em contato com o Comandante do 5º Batalhão Policial - Taubaté, Coronel Benedito Helpídio Hidalgo, que também assumia a função de responsável pelo policiamento militar do Vale do Paraíba e Litoral Norte (OLIVEIRA, 2001, p. 41-42).

O reforço era formado pelas tropas do 5º Batalhão Policial de Taubaté, do 6º Batalhão de Santos, da Polícia Fluminense, do Exército Brasileiro, além do policiamento local, e tinha o intuito de combater os amotinados e resgatar os fugitivos. Os destacamentos chegaram à Ilha Anchieta nas primeiras horas do dia 21 de junho, retomando o controle. A situação já havia sido controlada com a colaboração do grupo de amotinados chefiados por Faria Júnior.

A rebelião da Ilha Anchieta ficou marcada na história como um grande massacre. Ao todo, vinte e duas pessoas morreram nos confrontos do motim, sendo “oito soldados e quatro funcionários civis [...] massacrados pelos detentos.” (VIANNA, 1986, p. 143). Dentre os 129 fugitivos, cinco foram mortos durante combates no continente e 124 foram capturados pelas forças armadas paulista e fluminense. (OLIVEIRA, 2009, p. 44)

Enquanto as tropas procuravam os mais de cem amotinados que haviam escapado; foi criado um Fórum improvisado na ilha para definir o futuro daqueles que haviam sido recapturados. Franco (2001) afirma que, no período de 1952 a 1955, foi elaborado "na Ilha um Fórum, com Juiz, Promotor e 20 Advogados, voltando como Diretor da Ilha o Capitão Paulo Vianna para dar andamento ao Inquérito Policial." (FRANCO, 2001, p. 72)

O Fórum funcionou na ilha até o ano de 1955. A maioria dos detentos foi transferida para a então Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, aqueles eram considerados mais perigosos, e para o Instituto de Reeducação de Tremembé.

Segundo Oliveira (2009, p. 48), Pereira Lima não foi julgado na Ilha e “teve seu julgamento iniciado em 04 de junho de 1960, quase oito anos depois. Fora acusado de praticar três homicídios, chefiar o motim e promover fuga mediante violência contra pessoa. (Não estava mais na Ilha Anchieta, o Presídio fora extinto em setembro de 1955)”. Em entrevista, dada em 11 de julho de 1978, João Pereira Lima, o General da rebelião, afirmou:

Depois dos acontecimentos da Ilha, fui transferido para a Colônia Agrícola da Penitenciária de S. José do Rio Preto, onde acabei por assassinar o Diretor, [...] é mais por isso que por qualquer coisa. [...] Gostaria de rever Ubatuba... quando for livre! (CHASTAN, 1978, p. 75).

Muitos autores procuram levantar hipóteses sobre o que teria levado os detentos a se rebelarem no dia 20 de junho de 1952. É possível encontrar uma série de motivos aparentes, principalmente, em relação a maus tratos, violência e falta de uma alimentação descente. Dentro da história carcerária brasileira, são pontuadas como principais motivadores de rebelião: condições inadequadas de alimentação, abuso de poder e maus tratos aos internos e fuga em massa.

Levando em conta o plano de fuga tão detalhado e as condições infraestruturais e territoriais, a conclusão mais cabível ao levante foi a programação de uma fuga em massa. Contingente de funcionários pequeno, proximidade dos detentos e guardas penitenciários, possibilidade de sair extramuros para a realização de trabalhos diurnos: fatores que facilitam a organização de motins.

Todos os detentos tinham sido julgados e, finalmente, em 1955, o Instituto Correccional da Ilha Anchieta – ICIA fechou suas portas em definitivo. O presídio da ilha deixou sua marca na história carcerária brasileira, principalmente a nível regional. Sua memória ainda se mantém viva através da história oral transmitida pelos chamados “Filhos da Ilha”<sup>17</sup> e as ruínas daquelas edificações que foram cenário para uma das grandes revoltas que o Brasil já conheceu.

Para demonstrar os efeitos que a rebelião causou na região, a seguir apresento qual foi a repercussão na imprensa, como o motim impactou a sociedade da época e virou referência durante três décadas para violência e terror.

### **4.3. Desdobramentos da Rebelião**

Para compreender o impacto causado por essa ação dos presos, foi feito um levantamento de periódicos que citaram a Ilha Anchieta no período de 1950 a 1959. Tais periódicos compõem parte do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Foi efetuada uma

---

<sup>17</sup> “‘Filhos da Ilha’, nome que demos àqueles que, de alguma maneira, passaram a integrar o grupo que o destino reuniu, para que juntos passassem pela experiência de vida que passaram [a rebelião de 1952]” (OLIVEIRA, 2009, p. 128).

seleção com dezoito artigos com o intuito de melhor ilustrar a realidade da época, como mostra a tabela abaixo:

<b>PERIÓDICO</b>	<b>EDIÇÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGINA</b>
A NOITE	14.132	28/06/1952	12
CORREIO DA MANHÃ	18.174	23/06/1952	3
	18.175	24/06/1952	3
	19.289	10/02/1956	5
DIÁRIO CARIOCA	7.958	19/06/1954	12
	8.135	16/01/1955	1
	8.914	04/08/1957	4
DIÁRIO DA NOITE	5.401	21/06/1952	1
	5.402	23/06/1952	1
REVISTA SCENA MUDA	35-36	12/1954	12
TRIBUNA DA IMPRENSA	1.358	17/06/1954	2
	1.706	6-7/08/1955	4
	1.736	02/09/1955	4
	2.812	10/04/1959	6
	2.839	14/05/1959	10
	2.851	29/05/1959	10



ÚLTIMA HORA	314	21/06/1952	1
	1.040	06/11/1954	4

Dentre os temas encontrados, é possível verificar os ocorridos no dia do motim de 1952, a busca pelos fugitivos, as recapturas realizadas, o futuro da ilha. Os relatos de amotinados eram temas recorrentes ao longo da década. Porém, algo mais chamou a atenção dos jornalistas. A partir de 1954, começam a surgir rumores sobre a produção de um longa metragem sobre o fatídico motim da Ilha Anchieta.

A seguir irei expor através desses periódicos quais foram os principais focos de interesse da época e como a rebelião e seus desdobramentos foram retratados. As manchetes da época eram extremamente dramáticas e sensacionalistas, tinham a intenção de tentar repassar o horror que estava ocorrendo no litoral.

**MOTIM SANGRENTO NA ILHA-PRESÍDIO DE ANCHIETA! / INÉDITO NO BRASIL: SUBJUGARAM OS GUARDAS, APOSSARAM-SE DAS ARMAS, OCUPARAM AS EMBARCAÇÕES E INVADIRAM O CONTINENTE / DUZENTOS FUGITIVOS, SUPERLOTANDO BALSAS, ENFRENTAM A TEMPESTADE EM MAR ALTO PARA CHEGAR A PARATI (Última Hora, Ed. 314, 21/06/1952, p. 1)**

**TERROR NO LITORAL / REVOLTA DE PRESOS / Sublevados, 350 facínoras dominaram a guarnição da Ilha Anchieta, massacrando 15 pessoas / MOBILIZAÇÃO DE TROPAS PARA CONTER OS CRIMINOSOS / AVIÕES DA FAB SOBREVOAM A REGIÃO CONFLAGRADA (Diário da Noite, Ed. 5.401, 21/06/1952, p. 1)**

**DESEMBARCAM FORÇAS NA ILHA ANCHIETA E LIBERTAM O DIRETOR DO PRESÍDIO / FUZILADOS PELOS PRESOS ENCONTRADOS MORTOS UM SARGENTO E DEZ SOLDADOS / INCENDIARAM O PRESÍDIO (A Noite, ed. 14.126, 21/06/1952, p. 1)**

**CERCA DE 300 PRESIDÁRIOS FUGIRAM DA ILHA DE ANCHIETA / Fuzilados onze soldados e cinco funcionários civis pelos fugitivos – Informa-se ter sido dominada a situação na ilha e que alguns dos foragidos já foram**

recapturados, todavia, são imprecisos ainda os dados dali remetidos (Correio da Manhã, Ed. 18.174, 22/06/1952, p. 3)

Como pode ser percebida, a temática da rebelião foi muito utilizada para a imprensa, narrando os acontecimentos de maneira exagerada, tendo como foco a brutalidade e violência exacerbadamente. Fato que, por consequência, chocou a sociedade da época.

Houve sim uma colaboração da imprensa para a preservação da memória do presídio, porém de modo sensacionalista. Apesar do motim ter sido impactante na época, em questão quantitativas não representam uma situação de violência excessiva, em relação à outros levantes da história penitenciária.

A memória da ilha fica marcada como sangrenta e grande parte dos jornais paulistas e cariocas tiveram como principal tema os ocorridos na Ilha Anchieta, procurando dar detalhes da fuga em massa para informar a população da região.

O periódico *A Noite* surpreendeu o público com sua edição de nº 14.127, de 24 de junho de 1952, dedicando nove páginas para a explicação detalhada dos ocorridos na rebelião. Com o enunciado principal “Rendição ou morte!” (p. 5), a matéria narrava os acontecimentos do presídio, acrescentando informações relevantes para a compreensão dos acontecimentos, como “Os crimes de João Pereira de Lima” (p. 5) ou o relato de antigas rebeliões: “Anchieta – Antigo cenário de motins” (p. 8).

Outro fato interessante é que o a rebelião passou a ser utilizada como meio comparativo. É possível encontrar sequências como “uma tragédia [...] idêntica ao famoso motim da Ilha Anchieta” (*Última Hora*, Ed. 1.040, 6/11/1954, p. 4) e “Tal como na Ilha Anchieta. Rebelião de detentos na penitenciária argentina” (*A Noite*, Ed. 14.129, 25/6/1952, p. 12), demonstrando que o evento ainda se encontrava muito presente no dia a dia das pessoas da região sudeste.

As reportagens faziam uma contagem regressiva de amotinados recapturados. Como mostra os exemplos a seguir: “Faltam 128 detentos dos 452 que se encontram em Anchieta” (*Correio da Manhã*, Ed. 18.175, 24/06/1952, p. 3) ou “Faltam ainda 51 presidiários” (*A Noite*, Ed. 14.132, 28/06/1952, p. 12). Até o ano de 1955, ainda apareciam notas sobre a recaptura de mais um amotinado de Anchieta.

Como dito anteriormente, no ano de 1954, rumores sobre uma produção cinematográfica sobre a ilha começou a surgir nos periódicos. A iniciativa partiu do produtor Roberto Acácio, que “contratou o diretor argentino Carlos Huggo Christensen”, informações contidas na revista “A Scena Muda”, do mês de dezembro (Ed. 35-36, p. 12).

Uma das primeiras referências ao tema foi no dia 17 de junho, quando o periódico Tribuna da Imprensa (Ed. 1.358, p. 2) anunciava o fato com detalhes sobre a produção:

Arturo de Cordova fêz “forfait”

Os atores, técnicos e jornalistas, que foram ontem à noite ao aeroporto do Galeão, voltavam decepcionados: Arturo de Cordova [ator mexicano, protagonista da película] não veio. [...] Se Cordova não conseguir um avião para hoje, será atrasado o início dos trabalhos de “Mãos Sangrentas”, o filme baseado na fuga dos presidiários da ilha de Anchieta. Quinta-feira, na ilha das Flores, deveriam começar as filmagens, mas há vários preparativos que têm de ser feitos com antecedência. (Tribuna da Imprensa, Ed. 1.358, p. 2)

Dois dias depois, o Diário Carioca (Ed. 7.958, p. 12) confirmava a chegada do protagonista e reforçava para o público qual seria o enredo do longa metragem: “ A história dessa película, que se intitulará ‘Mãos Sangrentas’, se baseia na dramática fuga dos presos da Ilha de Anchieta, no litoral paulista”. A produção contava, inclusive, com artistas brasileiros, como “Tônia Carrero, Lisette Barros, Sadi Cabral, Carlos Cotrim e outro [...]” (Diário Carioca, Ed. 8.135, 16/1/1955, p. 1). Produzida com êxito, o público esperava sua estreia. Finalmente, no dia 1 de setembro de 1955, a película foi exibida em Veneza. No entanto, não recebeu somente críticas favoráveis, como pode ser notado com a notícia apresentada a seguir:

Ontem à tarde, foi apresentado no Festival Internacional do Cinema, o filme brasileiro “Mãos Sangrentas”, de Carlos U. Christiansen. [...] O filme agradou tanto pela interpretação como pelos cenários. Aplausos mereceram, sobretudo, belas imagens da selva. Todavia, a violência enorme do filme, que, de início empolgou a assistência, acabou cansando-a pelo excesso de horror, tanto que alguns assistentes chegaram a deixar a sala de exibição antes do fim da projeção. (Tribuna da Imprensa, Ed. 1.736, 02/09/1955, p. 5)

É importante ressaltar o fato de não permitirem as filmagens na Ilha Anchieta. A produção não tem valor de documentário e ilustra uma “[...] revolta [que] ocorreu numa ilha hipotética, e

qualquer semelhança de seus protagonistas com pessoas vivas ou mortas é ‘mera coincidência’.” (Tribuna da Imprensa, Ed. 1.706, 6-7/08/1955, p. 4). Contudo, é possível identificar nas cenas uma clara ilustração do funcionamento real das colônias correcionais da época, principalmente na primeira parte, que mostra como se iniciou a rebelião do filme. Abaixo, algumas cenas que mostram a organização dos internos, a divisão de grupos para trabalhos externos e a relação dos detentos com os guardas e demais autoridades do presídio.



Organização dos internos na rua principal da ilha



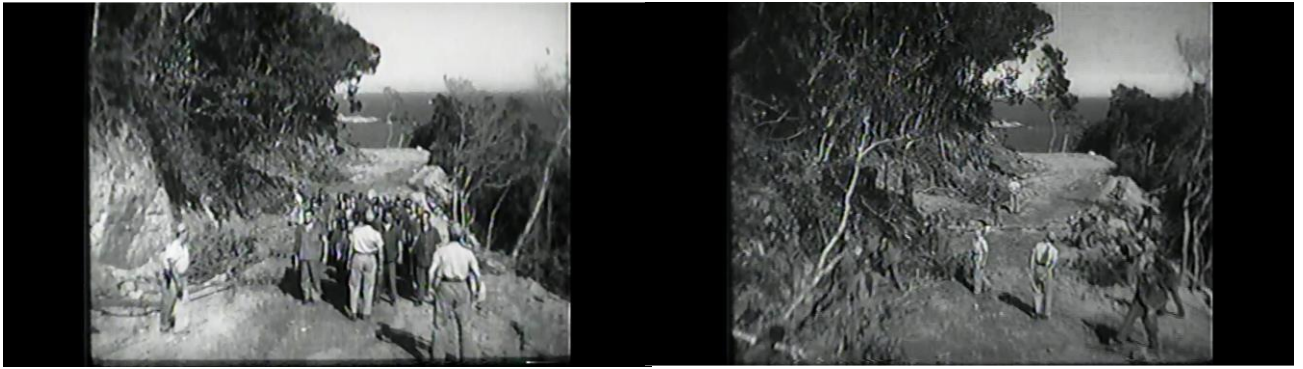
Crianças na escola da ilha

Detento trabalhando no quintal da casa de oficial



Saída do grupo de corte de lenha

Detento carregando machado



Trabalho do grupo de corte de lenha



Retorno do grupo para a penitenciária

Pode ser percebido, a partir das imagens acima, que diversas cenas da película são baseadas no cotidiano dos institutos penais em ilha da época. A organização dos internos na rua principal é um exemplo que fica claro logo no início do filme. A convivência entre os civis e os detentos dividindo o mesmo território, com a presença de escola para as crianças da ilha e a possibilidade de alguns encarcerados realizarem trabalhos nas casas dos oficiais. Outro fato apontado é a saída para trabalhos externos, como pesca, manutenção das ruas, construções e corte de lenha. As imagens das cenas mostram claramente a rotina desse último grupo de trabalho, com a caminhada pelos morros, quando os presos carregam armas letais como facões e machados (o que era comum na realidade), árvores caindo e o retorno para o presídio com os tocos de madeira. Todos esses exemplos apresentam de forma fiel o funcionamento dos presídios e colônias correccionais brasileiras.

As imagens abaixo irão demonstrar a relação das cenas de “Mãos Sangrentas” com o que realmente ocorreu no dia do motim da Ilha Anchieta:



---

Início da rebelião durante o turno do corte de lenha



---

Domínio da ilha pelos presos



Fuga dos presos para o continente

E, como anteriormente, é possível identificar muitas semelhanças entre a ficção e as narrativas sobre a rebelião da ilha. Acima, apresento momentos relevantes para essa conclusão. As primeiras três imagens mostram o início da ação dos detentos durante um turno de trabalho do grupo de corte de lenha, quando os internos assassinam os poucos guardas que os acompanhavam. Assim, dando sequência para as duas próximas figuras, que ilustram a batalha com os agentes penitenciários e o domínio do território pelos presos. E, finalmente, as tentativas de fugas, onde dezenas de pessoas lutavam para garantir seu espaço nas poucas canoas e na única

embarcação de pequeno porte que ali se encontrava; e, ao chegar nas praias do continente, outra batalha acontecida para definir quem seriam aqueles que chegariam na areia.

Isso demonstra a relevância que o longa metragem “Mãos Sangrentas” tem como documento para a construção da memória da Ilha Anchieta. Apesar de ser uma história de ficção, o filme serve de testemunho para ilustrar como era a realidade e costumes da época.

Os acontecimentos do dia 21 de junho de 1952 passaram a fazer parte do imaginário da cidade de Ubatuba e das regiões próximas. Fato que, como apresentado, foi exaustivamente trabalhado pela imprensa. Um dia que virou referência de trágico e caos penitenciário, que gerou buscas que duraram mais de três anos e que inspirou artistas da América Latina, e que pôde alcançar o conhecimento internacional através das telas do cinema.

Tais memórias não podiam se perder com o tempo. E um pequeno grupo se encarrega para que isso não ocorra. Em seguida, a pesquisa se aprofunda no conhecimento sobre esse grupo de pessoas, os “Filhos da Ilha”, a fim de apresentar quais são os movimentos de memória realizados por eles e como ocorrem.



## 5. OS FILHOS DA ILHA E SUAS MEMÓRIAS

Muitas ações estão sendo desenvolvidas para que os relatos sobre a Ilha Anchieta não sejam esquecidos ou ignorados. Esta parte da pesquisa irá se deter num grupo que trabalha todos os anos, desde o fim do presídio, para que essas memórias sejam conhecidas pela sociedade. Como já dito, eles mesmos se denominam os "Filhos da Ilha". Mostra-se necessário, então, saber como se deu início às atividades do grupo, a reunião de pessoas e suas principais ações desenvolvidas em prol da Ilha Anchieta e os processos de salvaguarda de relatos e documentos.

Neste capítulo, terei como foco a criação e reunião das pessoas que formam o grupo e a apresentação das análises dos dados construídos na pesquisa de campo, através da observação participante no evento do dia do padroeiro da Ilha Anchieta, durante os anos de 2011 e 2016. Somado a esse material, a entrevista feita com um dos criadores do grupo serve como base para a compreensão das ações realizadas em prol da preservação da memória da Ilha Anchieta.

### 5.1. Os Filhos da Ilha e seu trabalho com a memória

O dia do levante causou grande impacto na época, chegando aos ouvidos do povo a partir de manchetes de jornais sensacionalistas de várias cidades, principalmente dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Como exemplo, a manchete do jornal carioca *Diário da Noite*, ano XXIV, nº 5.408: "FÚRIA MEDONHA [...] O MAIOR LEVANTE DE PRESIDÁRIOS DA HISTÓRIA", revista publicada em 23 de Junho de 1952.

Como apresentado no capítulo anterior, fica claro que esse evento passou a fazer parte do imaginário social regional e tais periódicos, juntamente com documentos oficiais oriundos do presídio e as narrativas dos presentes no dia motim e seus descendentes, são fundamentais para a permanência desse ocorrido na memória local.

Mas não basta que existam documentos "esquecidos em porões", também deve-se levar em conta o caráter de construção social da memória. Gondar (2005, p. 18) afirma que essa construção se dá a partir do momento que a memória passa a ser percebida como uma produção

humana, a partir das relações sociais e valores estabelecidos. Levantando também a importância do esquecimento. É através do esquecimento que surge uma diferença. A memória tende a manter as coisas como são enquanto o esquecimento promove o devir. É apenas no final do século XIX que o homem passa a aceitar que a memória é uma produção dele mesmo e não a verdade do que já tenha ocorrido. Dando segmento ao raciocínio, Farias completa:

No cenário das experiências contemporâneas, a memória mostra-se de forma evanescente, fragmentária e também ausente, o que parece ser um paradoxo ao considerarmos o aumento significativo de lugares de memória como museus e monumentos. Seria essa uma tentativa de recompensar esse caráter fragmentário, efêmero e fugidio da memória diante da multiplicidade de sentidos e das distintas formas de representações? Vista por esse prisma, a memória pode ser considerada sob outra vertente: o processo de fundamental importância no contexto das transformações sociais. Assim, consideramos tanto a memória referida às experiências de vida quanto às formas institucionalizadas de ações grupais. (FARIAS, 2012, p. 07)

No caso da Ilha Anchieta, o atual órgão responsável por este espaço, Parque Estadual da Ilha Anchieta - PEIA, tem como missão garantir a preservação integral dos recursos naturais, segundo seu decreto de criação (Decreto Estadual nº 9.629, de 29 de março de 1977/SP), que em nenhum ponto menciona o patrimônio histórico-cultural. Além de ter a área tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico - CONDEPHAAT do Estado de São Paulo, segundo a Resolução nº 40 de 6 de junho de 1985, documento que tem como ponto de interesse o "valor geológico, geomorfológico, hidrológico e paisagístico" da Ilha Anchieta, e demais pontos da costa. Isso aponta para a ausência de foco para o valor histórico do território e se revela a necessidade de preservação da memória social, a fim de evitar sua tentativa de apagamento. As ruínas e documentos, que se encontram precários com falta de manutenção mínima, e a exposição de painéis sobre a história e o meio ambiente da ilha, que data de 1998 e não passou por nenhuma atualização ou reformulação, formam o conjunto do patrimônio histórico da Ilha Anchieta.

Com isso, os indivíduos que estiveram presentes na Ilha durante esse período sentiram a necessidade de se organizarem para que não apenas o evento, mas as lembranças que ainda detinham da época do presídio, se mantivessem preservadas.

Foram, então, criados a Comissão Pró Resgate Histórico da Ilha Anchieta e o grupo "Filhos da Ilha", que segundo um de seus integrantes, Tenente Samuel Messias de Oliveira

(2009, p. 128), é formado por pessoas que, de alguma forma, se reuniram para conseguirem trabalhar a memória da rebelião, através da troca de experiências. Isso mostra a importância de ambas as organizações, principalmente, os "Filhos da Ilha" na continuidade dessa memória, por darem tanto valor à memória oral.

Em entrevista, devidamente autorizada, ao ser perguntado como ocorreu a ideia de criação do grupo e quais foram as motivações para que isso acontecesse, o Tenente Samuel de Oliveira disse que tudo surgiu, desde o início, voltado para a recuperação e preservação das narrativas:

Fui a Ilha Anchieta acompanhando uma excursão da Associação de Subten e Sargentos da PM-Regional de Taubaté para uma cobertura jornalística para um jornal em que eu era o proprietário e para um outro jornal de circulação na minha Região, onde eu era repórter. Chegando a ilha fui entrevistar os funcionários do Parque e percebi que essa história tinha sido esquecida. Me reuni com minha mulher Mara e com então Soldado PM Afonso, Filho da Ilha, e resolvemos encontrar os antigos moradores daquele local para que, homenageando-os, trazer também de volta essa história fantástica, e foi o que ocorreu. (OLIVEIRA, 2016)

Outra prática de extrema relevância ocorreu no ano de 2006. A então diretora do Parque Estadual da Ilha Anchieta - PEIA, Dra. Viviane C. Buchianeri, com o auxílio do Tenente Samuel de Oliveira, selecionou quinze "Filhos da Ilha" para um curso de capacitação, visando a que aqueles que vivenciaram a história da ilha pudessem recepcionar os visitantes durante o verão, período de alta temporada na região de Ubatuba.

Essas práticas se mostraram valiosas e demonstraram o potencial da memória oral como parte integrando do patrimônio cultural. Porém, o desenvolvimento de um registro, devidamente identificado, e a promoção de mecanismos de preservação dessas narrativas é complexo. A memória não é estática, e sim uma construção, sempre em movimento. Farias (2012, p. 08) completa afirmando que:

[...] no âmbito do processo de criação possibilitado pela memória, a matéria-prima de que o homem dispõe constitui-se de imagens, sensações, cuja energia inerente à produção dos arranjos mnêmicos é, sobretudo, de ordem psíquica. Isto se deve ao fato de que toda a produção decorrente da memória significa sempre a apropriação, pelo homem, de nuances da realidade. [...] o processo de socialização tem, em sua estrutura, nuances da continuidade simultaneamente, visto que viver em termos da construção de laços sociais é tanto esquecer quanto

recordar. Sendo assim, a memória social não deve ser considerada como uma recuperação anacrônica do passado, uma vez que é a reconstituição do presente, uma realização e atualização mediante mecanismos da linguagem no âmago das práticas sociais. (FARIAS, 2012, p. 8)

Sendo assim, seria possível considerar o dia do motim, o que parecia a princípio um fato assustador da história nacional que muito julgavam que deveria ser esquecido, como um evento monumental para essa comunidade específica? Huyssen (2000, p. 42) inicia sua discussão afirmando acreditar que a categoria de monumental está sendo recodificada no contexto contemporâneo, afirmando que o cenário atual é paradoxal: "o monumentalismo do espaço construído ou as tendências monumentais em qualquer outro meio continuam a ser difamadas, mas a noção do monumento como memorial ou evento comemorativo público vem conhecendo um retorno triunfante." O autor dá segmento fazendo uma análise do monumental em relação à memória ao longo dos séculos, contextualizando na Alemanha contemporânea.

A fim de melhor compreender a relação entre o mito, o monumental e as origens, é importante lembrar que para o século XIX, ao contrário do nosso tempo, o monumental se encarnava antes de tudo nos monumentos da antiguidade clássica, monumentos que normalmente eram transmitidos da maneira mais fragmentária. Se os monumentos clássicos oferecem às nações européias um ancoradouro para suas raízes culturais (pense-se na tirania da Grécia sobre a Alemanha), a busca de monumentos nacionais criava o primeiro passado nacional remoto que diferenciava cada cultura de seus pares tanto europeus quanto não-europeus. À medida que mais e mais monumentos eram desencavados [...] o monumento veio a garantir a origem e a estabilidade bem como a largueza do tempo e do espaço de um mundo que se transformava rapidamente e era vivido como transitório, desenraizador e instável. (HUYSEN, 2000, p. 54)

Posteriormente, o autor se volta para os dias atuais, onde a monumentalidade consegue estabelecer relação com a impermanência, sem causar a destruição total. Se utilizando do exemplo do embrulhamento do edifício alemão Reichstag, pelos artistas Christo e Jeanne-Claude, em tal evento, podemos identificar o monumental como um grande evento cultural que se deu e a rememoração que foi realizada pela mídia, um evento considerado simultaneamente monumental e antimonumental.

E, completa dizendo que "a nova camada de memória pública é agora a de um evento genuinamente popular, a de milhares de pessoas rodeando o edifício dia após dia, celebrando um símbolo da democracia alemã em toda a sua fragilidade." (HUYSSSEN, 2000). Desenvolvidos na região da Ilha Anchieta, um exemplo de prática social voltada para a transmissão de informação através de narrativas pode ser percebido nos dois encontros anuais realizados pelo grupo, no próprio território palco do levante. Nesses eventos, acontece a reunião com os "antigos", como se referenciam às pessoas que viveram a época.

Até 2016, ocorreram aproximadamente trinta eventos organizados pelos Filhos da Ilha. Fundamentais para o reencontro dos Filhos, Oliveira (2016) relata e descreve como são organizados os eventos:

O projeto começou em 1998 e inicialmente nos reuníamos duas vezes por ano, em junho e agosto; mês da rebelião e do padroeiro do Parque, respectivamente. [...] Nos meses de junho: excursão para a Ilha Anchieta, missa em intenção das almas dos que faleceram no confronto entre detentos e policiais, contação de história, com projeção de filmes ou não; apresentação dos Filhos da Ilha que estavam no local no dia da Rebelião (20 de junho de 1952). [...] Em agosto, excursão para a Ilha Anchieta, missa com a mesma intenção acima, contação de história, brincadeiras típicas das crianças na época, bate-papo entre os participantes. A maioria dos que vão conosco no mês de junho tem vínculo com os que moravam na Ilha na década de 50 ou antes também. Durante o mês de agosto vários Filhos da Ilha, porém a maioria são simpatizantes e católicos que vão em razão do louvor ao Senhor Bom Jesus da Ilha Anchieta [...] Sempre esperamos que esses contatos ajudem de alguma forma, minimizar o trauma que ficou, o que tem dado excelente resultado; resgatar a nossa história e divulgar a história da maior rebelião de presos havida no mundo até agora. (OLIVEIRA, 2016)

Proponho então, pensar não apenas o acontecimento do levante como monumental, mas também tais reencontros, onde essas pessoas passeiam pelas ruínas do presídio, pelas ruas e trilhas que serviram de palco para tal ocorrido, rememorando fatos e "causos" que ficaram conhecidos através das narrativas, que são passadas geração a geração.

Como dito anteriormente, são organizados dois encontros por ano com os "Filhos da Ilha", um no aniversário do ocorrido do levante, durante o mês de junho, e outro no dia do padroeiro da Ilha, no mês de agosto. As duas datas são extremamente representativas para o grupo que tem como principal motivador garantir as lembranças dos indivíduos que presenciaram a rotina da Ilha Anchieta e, principalmente, o levante. Assim como o monumento de Huyssen, se estabilizam

e prolongam ao longo do tempo e espaço, trabalhando sempre com o contrapondo que tais agentes, enquanto detentores e transmissores de memória, estão sujeitos a lembrar e esquecer.

Como ficou claro, o dia do levante no Instituto Correcional da Ilha Grande teve grande repercussão e passou a fazer parte do imaginário social. Já estão sendo desenvolvidos movimentos para garantir a preservação e o prolongamento dessas lembranças, principalmente, partindo do grupo "Filhos da Ilha", que através de encontros com indivíduos que estiveram presentes no dia do evento e seus descendentes possam se encontrar e rememorar essas vivências, além de transmitirem essas informações para gerações mais jovens. Esses encontros se mostram importantes espaços de criação de memória, partindo da singularidade dos sujeitos e suas narrativas e, assim, traçando um paralelo com o conceito de monumentalidade, trabalhado por Huyssen, levantando a possibilidade do acontecimento do levante como monumental, mas também os reencontros.

Dessa forma, tanto a memória histórica do presídio quanto as narrativas dos "Filhos da Ilha" são peças fundamentais para a construção da memória social desse grupo. Apesar do órgão responsável pelo território, Parque Estadual da Ilha Anchieta, apresentar uma pequena exposição sobre o tema e as ruínas das instalações do presídio, ainda é precária as propostas de preservação desse patrimônio histórico. Por mais que a memória esteja em ascensão no mundo contemporâneo e os lugares de memória venham sendo mais valorizados, na Ilha Anchieta os processos de preservação da memória e patrimônio ainda caminham lentamente, quadro que já está se alterando graças às ações de pequenos grupos sociais que trabalham para ter suas lembranças reconhecidas e mantidas no tempo.

A seguir, irei relatar como são organizados os eventos dos "Filhos da Ilha", mostrando como surgiu a ideia de se reunirem, as atividades realizadas e o que pude observar com a participação em dois desses eventos. Assim, pretendo demonstrar como tais reuniões são potencialmente mecanismos da construção da memória local.

## **5.2. O Senhor Bom Jesus da Ilha Anchieta e seus "Filhos"**

No ano de 2011, defini o presídio da Ilha Anchieta como temática de meu Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado de Museologia, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), apontando sua transformação de espaço carcerário para espaço de memória, movimento que vem acontecendo em território nacional e internacional. Meu contato com a ilha, desde minha infância, tornou-se um grande motivador para essa escolha. Na época de um avô, aquele local era conhecido como amaldiçoado e restrito, por conta da prisão. Minhas lembranças já remetem ao tempo do PEIA, onde a ilha era convidativa e ansiava por visitantes.

Durante a realização da pesquisa, foi possível me aprofundar na história da ilha e me surpreender com os relatos, “causos” e ações. Tive a oportunidade de conhecer pessoas que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e que me apresentaram o grupo que tanto me inspirou, os “Filhos da Ilha”.

A importância do grupo para a região foi oficializada com a instituição da lei municipal 3.194, de 9 de Junho de 2009:

Art.1º Fica instituído o dia municipal, “Os Filhos da Ilha”, no calendário oficial de eventos no Município de Ubatuba.

Art. 2º A comemoração do evento “Os Filhos da Ilha”, poderá ser antecipada ou postergada para o final de semana anterior ou posterior à data de 2- de junho.

Art. 3º O Executivo poderá firmar convênio ou parceria com entidades públicas e privadas para o disposto no Art. 2º. Desta Lei.

Art. 4º O Executivo poderá editar Decreto para regulamentar a presente Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento próprio, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (LEI 3.194, de 9 de junho de 2009)

Através da pesquisa do Tenente Samuel de Oliveira, a história da ilha saiu da obscuridade. A partir de então, sentiu-se a necessidade de elaborar estratégias para que tais lembranças sejam preservadas. Com o surgimento dos “Filhos da Ilha”, através de cada entrevista organizada por Oliveira e os demais Filhos, eram gerados novos contatos, pessoas que detinham muita informação relevante. E, com a ideia da formação do grupo das pessoas que tinham algum vínculo com a memória prisional da Ilha Anchieta, pôde ser organizado o reencontro, além de homenagear o padroeiro da Ilha Anchieta, Senhor Bom Jesus da Ilha Anchieta, como será apontado em seguida.

Somos em 10 (dez) que trabalhamos nos resgate histórico, mas reunimos mais de 400 (quatrocentas) famílias nestes anos, entre “caiçaras”, presos, policiais militares, funcionários, civis, familiares de presos políticos de 1932, familiares de Búlgaros Bessarabianos e Gagaúzos (russos) de 1926 e familiares de japoneses da Shindo Renmei e Tokotai de 1945. [...] Há 18 (dezoito) anos [são realizados os eventos]. Começou em maio de 1988. Principalmente pelo resgate histórico, dentre outros fatores igualmente importantes. [...] Até hoje, em contato conosco, só durante os eventos, acreditamos que mais de dez mil pessoas, porém contando com brasileiros e estrangeiros durante esses 18 anos em que ficamos nos verões passados recepcionando visitantes na própria Ilha Anchieta, onde vários Filhos da Ilha ficam comigo, fica difícil precisar o número de contatos, mas que foram muitos mais de um milhão de pessoas do Brasil e do mundo. Dois Filhos da Ilha ficaram durante vários anos, em outros meses do ano, também, recepcionando visitantes eventuais. (OLIVEIRA, 2016)

A memória oral e as narrativas são valorizadas pelo grupo. Seu conhecimento vem dos chamados “antigos” (aqueles que vivenciaram a época e cotidiano do presídio), ou seja, relatos expostos por pessoas de mais idade se mostram a base para a construção da memória da Ilha. Tanto em 2011 quanto em 2016, foi possível apreciar diversos encontros familiares, nos quais os antigos moradores da Ilha Anchieta, acompanhados de seus filhos e netos, contavam sobre seu cotidiano ilhéu.

Os encontros são constituídos por um dia inteiro de atividades e possuem um forte caráter religioso<sup>18</sup>. Com o advento da internet e redes sociais, ao passar dos anos a divulgação, que antes era intensificada, principalmente, pelo antigo costume de troca de informações “boca a boca”, se tornou mais fácil. As celebrações do dia do padroeiro ocorrem no início do mês de agosto e é composto de uma série de missas realizadas nas capelas de Ubatuba. Tal ciclo se encerra com a missa realizada na própria ilha.

As pessoas começam a se reunir no cais ubatubense do Saco da Ribeira e se preparam para a chegada do santo padroeiro da ilha, Senhor Bom Jesus da Ilha Anchieta. Com a chegada da imagem sacra na embarcação, as pessoas se dividem em grupos para ocupar seus lugares nas escunas paradas no cais. Após cinquenta minutos de travessia, a romaria chega à Ilha Anchieta.

Ao desembarcar, primeiramente, os visitantes recebem informações para o uso devido do espaço pela equipe do PEIA (foto em Apêndice 16). Enquanto as escunas chegam em sequência

---

<sup>18</sup> A questão da religiosidade está muito presente nas relações e atividades realizadas na Ilha, constituindo uma questão relevante para futuros estudos e pesquisas. Esclarecemos que não desenvolvemos reflexões e problematizações sobre a questão religiosa no âmbito prisional e, especificamente, nos encontros realizados na Ilha Anchieta, em função dessa questão não ser o foco e o objeto de estudo da presente dissertação.



no cais, a equipe de organização do evento realiza os preparativos para a realização da missa principal (foto em Apêndice 17).

Após a celebração, há uma breve apresentação dos Filhos e se inicia uma das partes mais ricas do encontro. É nesse momento que os visitantes têm a oportunidade de caminhar pela ilha (podendo realizar trilhas para as praias, acompanhados pelos guarda parque), e observar os inúmeros vestígios da época do presídio. Espalhados pelo território, estão os Filhos que, com toda a gentileza, contam seus relatos e conhecimentos sobre o presídio e o dia do motim em si (foto em Apêndice 18), momentos fundamentais para contribuir para a rememoração dos ocorridos naquele espaço.

Ao final da tarde, é servido um pequeno lanche quando, mais uma vez, é possível presenciar conversas carregadas de lembranças e curiosidades sobre os mais diversos temas relacionados à Ilha Anchieta. Com o término das atividades, os visitantes se organizam novamente para embarcarem com destino ao continente.

Então, volto a dizer que é a soma dessa variedade de sistema de signos simbólicos (palavras orais e escritas), icônicos (imagens desenhadas e esculpidas) e indiciais (ruínas), que compõe a riqueza da memória da Ilha Anchieta, considerando aqui a memória plena, somada de lembranças e esquecimento. O esquecimento também deve ser desnaturalizado, como aponta Gondar (2005)<sup>19</sup>:

[...] esta desnaturalização encobre o devir histórico e criador do fazer social: [...]. Silenciamos, desta forma, que a memória é uma construção e, como tal, eminentemente transformável, aferramo-nos à ideia de que o passado deve ser preservado da degradação temporal e a tradição deve ser protegida de qualquer desvio. Não levamos em conta que o esquecimento é um ato, um fazer social e histórico, e o associamos, ao contrário, a um desgaste da memória. Nesse caso, não precisaríamos agir para que o esquecimento se desse; nossos atos deveriam, ao contrário, procurar detê-lo. Daí a necessidade de criarmos instituições capazes de preservar o patrimônio cultural, protegendo a memória do fluxo natural da entropia, e o campo social de uma crise que o esquecimento ameaça constantemente deflagar. (GONDAR, 2005, p. 54)

Sendo assim, outro passo importante para o grupo foi a abertura do Centro Histórico e Cultural Filhos da Ilha Anchieta (foto em Apêndice 19), na própria ilha, ao lado do prédio de administração do parque. No local, uma pequena exposição de reportagens que narram a história

<sup>19</sup> Essa citação está sendo utilizada para ilustrar o pensamento que direcionou a pesquisa. Se mostrando válido ressaltar que, não necessariamente, se mostra como foco e visão da autora no artigo referido.

do presídio (foto em Apêndice 20), informativos e uma sala para organização dos documentos e produção do grupo.

Durante a Festa do Senhor Bom Jesus da Ilha Anchieta do ano de 2011, senhores e senhoras iniciavam suas narrativas, porém, eram seus descendentes que completavam com informações adicionais e detalhes esquecidos. Assim, demonstra-se como a memória social daquele grupo é constituída do conjunto de lembranças de cada indivíduo.

Contudo, em 2016, foi um pouco diferente. Pude perceber não apenas esse encontro de lembranças de várias gerações, como também uma maior preocupação em tornar essa memória o mais acessível possível. Tornar a festa do padroeiro da Ilha um momento de rememoração da história local. Como apontou Senhor Edson, um dos membros fundadores dos Filhos da Ilha, em dia 6 de agosto de 2016:

[...], solicitem às pessoas que possam estar ajudando, nós temos a melhor intenção, a boa vontade, que vocês saiam daqui com a verdadeira história. Que vocês não só levem o visual, que só é o bastante. Mas que vocês também tenham o conhecimento do que aconteceu aqui [...]. A ilha é muito rica em história. Eu nem gosto de usar esse termo: história, que dá impressão de alguma coisa criada. A ilha é muito rica em fatos, [...] ela comunga com o crescimento do continente, as coisas que foram acontecendo no continente. No início, lá por volta de mil quinhentos e pouco na época em que [...] Cunhambebe já era dono daqui. [...] Então, eu queria que vocês aproveitassem, que vocês levassem uma lembrança muito boa de nossa história, que vocês divulguem a nossa Ilha Anchieta. Ela está aqui, à disposição. [...]. Então, sintam-se em casa. Sintam-se à vontade. A nossa gestora é uma pessoa muito amável, e ela é muito aberta a essas coisas. Venham procurar, tome informação e leve pra todos os cantos. Sei que aqui não tem só pessoas de Ubatuba, leve para todos os cantos essa historia que é da ilha Anchieta e que os Filhos da Ilha estão preservando. Não quero que isso morra. [...] o continente ubatubano é muito rico em história. Procurem saber. Quero agradecer a todos, individualmente, meu muito obrigado a você, a você, a você e a você. E voltem o ano que vem.

Dessa forma fica claro o quão enriquecedor para a preservação e difusão de memória é o trabalho dos “Filhos da Ilha”, que buscando sempre somar os conhecimentos, oferecem de forma tão acolhedora a oportunidade de adentrar numa teia de memórias para tempos onde a ilha era completamente diferente. Durante os encontros, as pessoas têm a oportunidade de ouvir de pessoas que literalmente vivenciaram dias de paz e dias de revolta naquele espaço. Assim, demonstram sua importância para a valorização da formação daquela comunidade a partir do

presídio e para a rememoração da situação do motim na ilha. E essa é definitivamente uma oportunidade única.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno triunfante da noção de monumento como memorial ou evento comemorativo público, proposto por Huyssen (2000, p. 42), se aplica ao caso da Ilha Anchieta. E, como no caso alemão citado pelo autor, a memória passa a ser vista de modo diferente:

A nova camada de memória pública é agora a de um evento genuinamente popular, a milhares de pessoas rodeando o edifício [...], celebrando um símbolo da democracia alemã em toda a sua fragilidade e a sua transitoriedade. [...] assim se ergue como um monumento à cultura [...]. (HUYSSSEN, 2000, p. 47)

Levando em conta as diferenças, tanto no caso do embrulhamento do edifício Reichstag, apresentado por Huyssen, quanto nos encontros dos Filhos da Ilha, as lembranças do que seria rejeitado passam a ser apreciadas de certo modo. Suas monumentalidades estão relacionadas aos eventos culturais disseminados em seu território. No caso alemão de maneira pontual e no brasileiro se consagra como evento anual, voltado para rememorar o dia do grande levante de 1952.

A influência da memória prisional na Ilha Anchieta ainda se mantém forte na região. Como ficou claro, o dia do levante no Instituto Correcional da Ilha Anchieta teve grande repercussão e passou a fazer parte do imaginário social.

Já estão sendo desenvolvidos movimentos para garantir a preservação e o prolongamento dessas lembranças, principalmente, partindo do grupo “Filhos da Ilha”, que através de encontros com indivíduos que estiveram presentes no dia do evento e seus descendentes promovem a rememoração de tais vivências, além de transmitirem essas informações para gerações mais jovens.

Esses encontros se mostram importantes espaços de criação de memória, partindo da subjetividade dos sujeitos e suas narrativas, traçando um paralelo com o conceito de monumentalidade, trabalhado por Huyssen. Proponho pensar não apenas o acontecimento do levante como monumental, mas também os reencontros. Os encontros na ilha invocam a memória como espaço de criação, um espaço de dar voz aos sujeitos. E é através dessa voz que os sujeitos recriam, reconstituem os espaços de memória.

Assim, é perceptível a importância dos Filhos da Ilha como instrumento para a constituição da memória social da Ilha como um todo. Ressaltando aqui a memória como um processo, e o vínculo entre lembrança e esquecimento presente nela. Gondar, ao enumerar *Cinco proposições sobre a memória social* (2016), aponta que:

[...] pensamos a memória social como um processo. E um processo do qual as representações são apenas uma parte: aquela que se cristalizou e se legitimou em uma coletividade. A memória, contudo, é bem mais que um conjunto de representações; ela se exerce também numa esfera irrepresentável: no corpo, nas sensações, nos afetos, nas invenções e nas práticas de si [...]. (GONDAR, 2016, p. 36)

Parte dessas sensações são proporcionadas pelo encontro com os Filhos e pelo território da ilha em si. Porém, é necessário enfatizar a carência de políticas públicas para a preservação daquele território e, principalmente, para a iniciativa dos Filhos da Ilha. Como apontado ao longo do trabalho, já existem alguns mecanismos que auxiliam no desenvolvimento das ações, como as ações promovidas pelo PEIA e uma lei da Câmara Municipal de Ubatuba em prol do grupo e do evento. Porém, ainda não há um investimento que promova de fato a preservação da memória e da monumentalidade ali existente.

Sendo assim, tanto a memória histórica do presídio quanto as narrativas dos Filhos da Ilha se mostram peças fundamentais para a construção da memória social desse grupo. Apesar do órgão responsável pelo território, Parque Estadual da Ilha Anchieta, apresentar uma pequena exposição sobre o tema e as ruínas das instalações do presídio, não há uma proposta de preservação desse patrimônio histórico. Apesar de a memória estar em ascensão no mundo contemporâneo e os lugares de memória estarem sendo mais valorizados, na Ilha Anchieta, os processos de preservação da memória e patrimônio ainda caminham lentamente, quadro que já está se alterando graças às ações de pequenos grupos sociais que trabalham para ter suas lembranças reconhecidas e mantidas no tempo.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Cristina. *As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar*. In: *Revista de Antropologia*, v. 43, n. 1, 2000, p. 146-181.
- AGUIAR, C. R.; SILVA, M. A.; MENOSSI, R. C.; FURLANETTI, T. L. R.; DAL POZ, W. R. *Mapeamento das Trilhas Ecoturísticas e Integração de Dados Geográficos do Parque Estadual da Ilha Anchieta*. Trabalho de Graduação do Curso de Engenharia Cartográfica – FCT/UNE – SP. Presidente Prudente, 2002.
- ALVAREZ, M.C., SALLA, F., SOUZA, L.A. Políticas de Segurança Pública em São Paulo: uma perspectiva histórica. *Justiça e História*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, 2004, p. 173-199.
- CHASTAN, Lita. *Litoral Norte – Ilha Anchieta*. São Paulo: Editora do Escritor, 1978.
- DANIEL, Jean et RICOEUR, Paul. Diálogo: A estranheza do estrangeiro In: *Café Philo: as grandes indagações da filosofia*. Tradutor: Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.
- DROGUETT, Juan e FONSECA, Jorge Otávio. *Ubatuba – espaço, memória e cultura*. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.
- FARIAS, Francisco Ramos de. Homens à deriva: os egressos do sistema penitenciário. In: FARIAS, Francisco Ramos de et FACEIRA, Lobelia da Silva (orgs.). *Punição e prisão: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- FARIAS, Francisco Ramos de (org.), *Apontamentos em Memória Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.
- FRANCO, Augelani Maria Parada. *Ilha Anchieta – memórias de um herói relegado*. Minas Gerais: Gráfica Amaral, 2001.
- FREUD, Sigmund. O Estranho. In: Edição *standart* brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud – *Uma Neurose Infantil e Outros Trabalhos*. Volume 17. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: *Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016, p. 19-40.

GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera. (org.), *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GUHA, Ranajit. Prefacio a los Estudios de la Subalternidad. Escritos sobre la Historia y la Sociedad Surasiática e Sobre algunos aspectos de la historiografía colonial de la India. In: CUSICANQUI, Silvia Rivera & BARRAGÁN, Rossana (Comp.) *Debates Coloniales: Uma Introducción a los Estudios de la Subalternidad*. Bolivia Editorial Historia, SEHIS, UJG, 1997.

HORTA, Filipe Moreno. *Continuidades e rupturas: contextos e desdobramentos da “Rebelião de 1952” no presídio da Ilha Anchieta*. Centro de Educação e Ciências Sociais/UFSCAR, 2011.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEMONS, Amanda dos Santos. Criminalização da pobreza e a culpabilização do pobre. In: FARIAS, Francisco Ramos de et FACEIRA, Lobelia da Silva (orgs.). *Punição e prisão: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MARTINS, Paulo Egydio. *Paulo Egydio: depoimento ao CPDOC / FGV / Organização Verena Alberti, Ignez Cordeiro de Farias, Dora Rocha*. São Paulo: Imp. Oficial do Estado de São Paulo, 2007. 584 p.

NUNES, Renato. *A maldição de Cunhambebe*. Jornal “A Cidade”, Ubatuba – SP, 23 ago. 1998.

OLIVEIRA, Samuel Messias de. *Ilha Anchieta - rebelião, fatos e lendas*. Taubaté: Rubens Artes Gráficas, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ilha Anchieta – rebelião, fatos e lendas*. 4ª edição. Pindamonhangaba: Gráfica Viena, 2009.

ROBIM, Maria de Jesus. *Histórico do Parque Estadual da Ilha Anchieta*. Acervo do Parque Estadual da Ilha Anchieta - PEIA, 1999.

SALZTRAGER, Ricardo. *Identificações grupais e estranhamento: a memória do que se tenta sepultar*. In: *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 48.1, 2016, p. 128-146.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. *A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era República*. In: *Revista Topoi*. v. 5, n. 8, 2004. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi08.htm](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi08.htm) [Acessado em 16 de julho de 2015].

SOUZA, José Paulo Morais. O sistema penitenciário sob a ótica do trabalho. In: FARIAS, Francisco Ramos de et FACEIRA, Lobelia da Silva (org.). *Punição e prisão: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Subaltern Studies: Deconstructing Historiography*. In: GUHA, Ranajit & SPIVAK, Gayatri Chakravorty (ed.). *Selected subaltern studies*. Nova York: Oxford University Press. 1988.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG. 2000.

VIANNA, Paulo. *A Ilha Anchieta... e eu*. São Paulo: Veja Lux, 1986.

\_\_\_\_\_. *O Levante da Ilha Anchieta... e algo mais*. Taubaté: Gráfica Minerva, 1987.

BRASIL, Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, que promulga o Código Penal. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049> [Acessado em 16 de julho de 2015].

BRASIL, Decreto nº 145, de 11 de julho de 1893. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-145-11-julho-1893-540923-publicacaooriginal-42452-pl.html> [Acessado em 16 de julho de 2015].

BRASIL, Lei nº 844, 10 de outubro de 1902. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1902/lei-844-10.10.1902.html> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].



BRASIL, Lei nº 1.445, 28 de dezembro de 1914. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1914/lei-1445-28.12.1914.html> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

BRASIL, Lei nº 2.347, 31 de dezembro de 1928. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1928/lei-2347-31.12.1928.html> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

BRASIL, Decreto Estado do Estado de São Paulo, nº 5.080, de 26 de junho de 1931. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1931/decreto-5080-26.06.1931.html> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

BRASIL, Decreto Estado do Estado de São Paulo, nº 6.245, de 29 de dezembro de 1933. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6245-29.12.1933.html> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

BRASIL, Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3688-3-outubro-1941-413573-normaatualizada-pe.html> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

BRASIL, Decreto-Lei Estado do Estado de São Paulo, nº 12.924, de 04 de setembro de 1942. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1942/decreto.lei-12924-04.09.1942.html> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

BRASIL, Decreto Estado do Estado de São Paulo, nº 24.906, de 03 de setembro de 1955. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24906-03.09.1955.html> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

BRASIL, Decreto Estado do Estado de São Paulo, nº 9.629, de 29 de março de 1977. In: [http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1977/dec\\_9629\\_1977\\_criaparqueestadualilhaanchieta\\_sp.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1977/dec_9629_1977_criaparqueestadualilhaanchieta_sp.pdf) [Acessado em 28 de julho de 2015].

BRASIL, Resolução nº 40, de 06 de junho de 1985, do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT. In: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/db122\\_RES.%20SC%20N%2040%20-%20Area%20da%20Serra%20do%20Mar%20e%20Paranapiacaba.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/db122_RES.%20SC%20N%2040%20-%20Area%20da%20Serra%20do%20Mar%20e%20Paranapiacaba.pdf) [Acessado em 28 de julho de 2015].

BRASIL, Lei nº 3.194, de 09 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.camaraubatuba.sp.gov.br/documentos/leis/2009/3194.pdf> [Acessado em 16 de julho de 2015].

A NOITE (jornal). *A revolta na Ilha de Anchieta – faltam ainda 51 presidiários*. 28 de junho de 1952, edição 14.132, p. 12. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_05&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_05&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

CORREIO DA MANHÃ (jornal). *Cerca de 300 presidiários fugiram da Ilha de Anchieta*. 23 de junho de 1952, edição 18.174, p. 3. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

\_\_\_\_\_. *Faltam 128 detentos dos 452 que se encontram em Anchieta*. 24 de junho de 1951, edição 18.175, p. 3. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

\_\_\_\_\_. *Recuperação dos menores delinqüentes*. 10 de fevereiro de 1956, edição 19.289, p. 5. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_06&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

DIÁRIO CARIOCA (jornal). *Arturo de Córdoba no Brasil*. 19 de junho de 1954, edição 7.958, p. 12. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092\\_04&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_04&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

\_\_\_\_\_. *Arturo de Córdoba elogia os artistas do Brasil*. 16 de janeiro de 1955, edição 8.135, p. 1. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092\\_04&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_04&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

\_\_\_\_\_. *Presídio transformado em educandário*. 4 de agosto de 1957, edição 8.914, p. 4. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092\\_04&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_04&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

DIÁRIO DA NOITE (jornal). *Terror no litoral – revolta de presos*. 21 de junho de 1952, edição 5.401, p.1. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961\\_03&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_03&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

\_\_\_\_\_. *Fúria medonha – os facínoras do presídio de Anchieta*. 23 de junho de 1952, edição 5.402, p.1. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961\\_03&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_03&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

REVISTA SCENA MUDA. *Cinema nacional em foco*. Dezembro de 1954, edição 35-36, p. 12-13. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=084859&pasta=ano%20195&pesq=anchieta> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

TRIBUNA DA IMPRENSA (jornal). *Arturo da Córdoba fez “forfait”*. 17 de junho de 1954, edição 1.358, p. 2. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083\\_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

\_\_\_\_\_. *“Mãos sangrentas”*. 6 e 7 de agosto de 1955, edição 1.706, p. 4. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083\\_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

\_\_\_\_\_. *O grande prêmio para o menor concorrente*. 2 de setembro de 1955, edição 1.736, p. 4. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083\\_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

\_\_\_\_\_. *Greve na Paulista no próximo dia 14*. 10 de abril de 1959, edição 2.812, p. 6. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083\\_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

\_\_\_\_\_. *Ameaça de greve na Sorocabana*. 14 de maio de 1959, edição 2.839, p. 10. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083\\_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

\_\_\_\_\_. *Carvalho Pinto e os vereadores*. 29 de maio de 1959, edição 2.851, p. 10. In: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083\\_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=anchieta) [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

UBATUBA EM REVISTA. *Ilha Anchieta – 56 anos distantes da rebelião*. 2008, ano 1, número 3, p. 34. In: <https://issuu.com/sapereeditora/docs/tres> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

ÚLTIMA HORA (jornal). *Motim sangrento na ilha-presídio de Anchieta!* 21 de junho de 1952, edição 314, p. 1. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=anchieta> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

\_\_\_\_\_. *Durante três horas os detentos resistiram à Força Pública*. 6 de novembro de 1954, edição 1.040, p. 4. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=anchieta> [Acessado em 14 de janeiro de 2017].

## **APÊNDICES**



Apêndice 3: Prédio de Administração do PEIA (2011)



Apêndice 4: Antiga casa do Diretor do presídio (2011)





Apêndice 5: Capela restaurada (2016)



Apêndice 6: Pátio das ruínas do presídio (2011)



Apêndice 7: Ruínas do cemitério (2011)



Apêndice 8: Ruínas da casa do médico do presídio (2011)



Apêndice 9: Ruínas da vila militar (2011)



Apêndice 10: Guarita da parte de trás do presídio (2011)



Apêndice 11: Guarita do quartel (2016)



Apêndice 12: Ruínas sem telhado (2016)



Apêndice 13: Ruínas das Celas Solitárias identificadas (2016)



Apêndice 14: Ruínas do quartel (2016)



Apêndice 15: Portão da antiga Reserva de Armas (2016)



Apêndice 16: Interação do público, equipe do PEIA e Filhos da Ilha (2016)



Apêndice 17: Preparação da missa na capela (2016)





Apêndice 18: Interação do público com Filhos da Ilha (2016)



Apêndice 19: Centro Histórico e Cultural Filhos da Ilha Anchieta (2016)



Apêndice 20: Exposição de reportagens do Centro Histórico e Cultural dos Filhos da Ilha Anchieta



Apêndice 21: Roteiro de Observação Participante (2016)

**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE**

**ALUNA: ANA LUIZA CASTRO DO AMARAL**

**ORIENTADORA: LOBELIA DA SILVA FACEIRA**

**Informações relevantes:**

- Quantidade de participantes no evento de 2016;
- Quantas edições ocorreram do evento;
- Atividades desenvolvidas ao longo do dia;
- Os participantes possuem vínculo familiar ou não;
- Possíveis resultados esperados.

## Apêndice 22: Entrevista semi-estrutura com Tenente Samuel Messias de Oliveira (2016)

## Roteiro de Entrevista (P/ Fundador dos Filhos da Ilha)

<b>NOME:</b>	SAMUEL MESSIAS DE OLIVEIRA, professor, jornalista, radialista, escritor e tenente da Polícia Militar do Estado de São Paulo, hoje na reserva.
<b>DATA:</b>	07 de dezembro de 2016
<b>LOCAL:</b>	Pindamonhangaba, SP. CEP 12410-670, Celular (12) 997095687

01.) Como ocorreu a ideia de criação do grupo Filhos da Ilha? Quais foram os motivadores para essa ação?

*Fui a Ilha Anchieta acompanhando uma excursão da Associação de Subten e Sargentos da PM-Regional de Taubaté para uma cobertura jornalística para um jornal em que eu era o proprietário e para um outro jornal de circulação na minha Região, onde eu era repórter.*

*Chegando a ilha fui entrevistar os funcionários do Parque e percebi que essa história tinha sido esquecida. Me reuni com minha mulher Mara e com então Soldado PM Afonso, Filho da Ilha e resolvemos encontrar os antigos moradores daquele local para em homenageando-os trazer também de volta essa história fantástica, e foi o que ocorreu.*

02.) Quantas pessoas fazem parte do grupo, em seu início e atualmente? O que você acha que causou esse aumento.

*Somos em 10 (dez) que trabalhamos nos resgate histórico, mas reunimos mais de 400 (quatrocentas) famílias nestesanos, entre "caíçarás", presos, policiais militares, funcionários, civis, familiares de presos políticos de 1932, familiares de Búlgaros Bessarabianos e Gagauços(russos) de 1926 e familiares de japoneses da Shindo Renmei e Tokotai de 1945.*

03.) Há quantos anos vocês realizam esse evento? Por quê?

*Há 18(dezoito) anos. Começou em maio de 1988. Principalmente pelo resgate histórico, dentre outros fatores igualmente importantes.*

04.) Quantas pessoas já tiveram acesso ao evento, em média? Quais são os principais meios de divulgação?

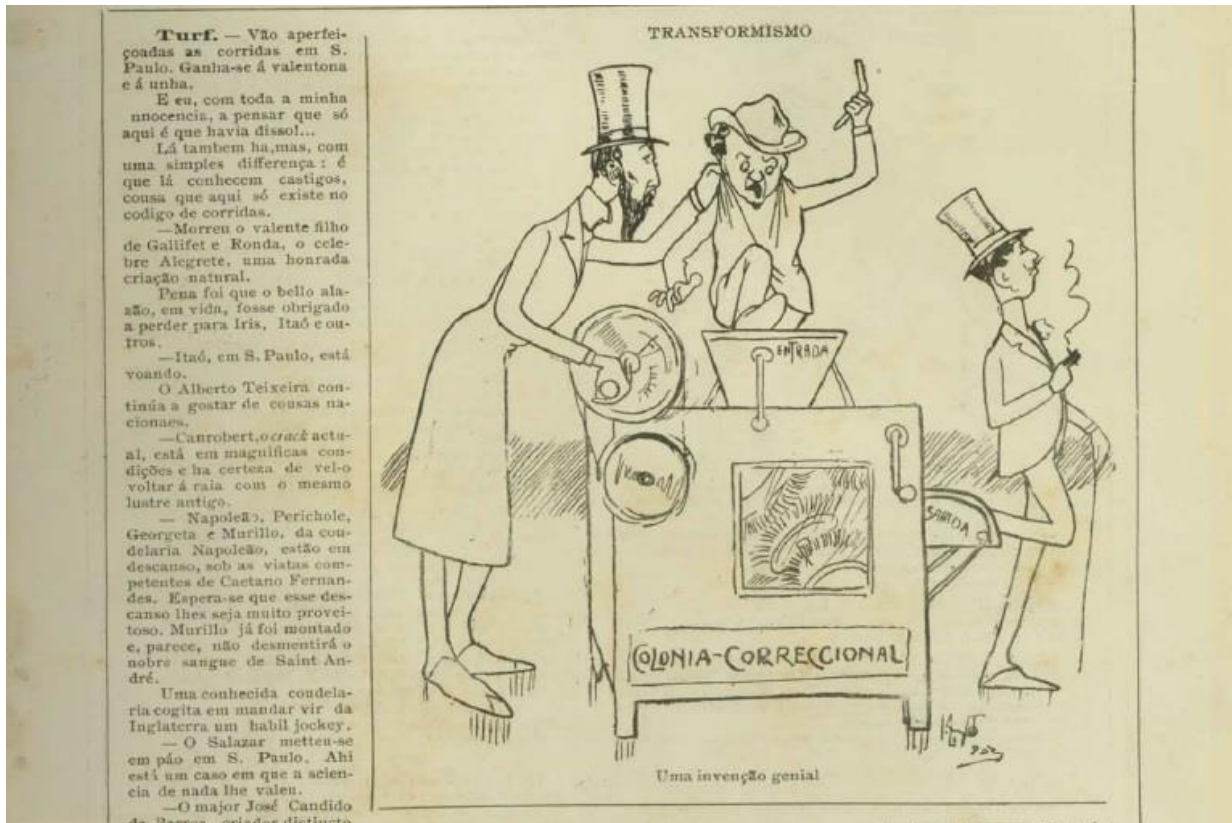
*Até hoje, em contato conosco, só durante os eventos, acreditamos que mais de dez mil pessoas, porém contando com brasileiros e estrangeiros durante esses 18 anos em que ficamos nos verões passados recepcionando visitantes na própria Ilha Anchieta, onde vários Filhos da Ilha ficam comigo, fica difícil precisar o número de contatos, mas que foram muitos mais de um milhão de pessoas do Brasil e do mundo. Dois Filhos da Ilha ficaram durante vários anos, em outros meses do ano, também, recepcionando visitantes eventuais.*

05.) Você acredita que os encontros anuais promovidos pelos Filhos da Ilha são mecanismos importantes para manter as memórias da Ilha Anchieta em movimento? Por quê?

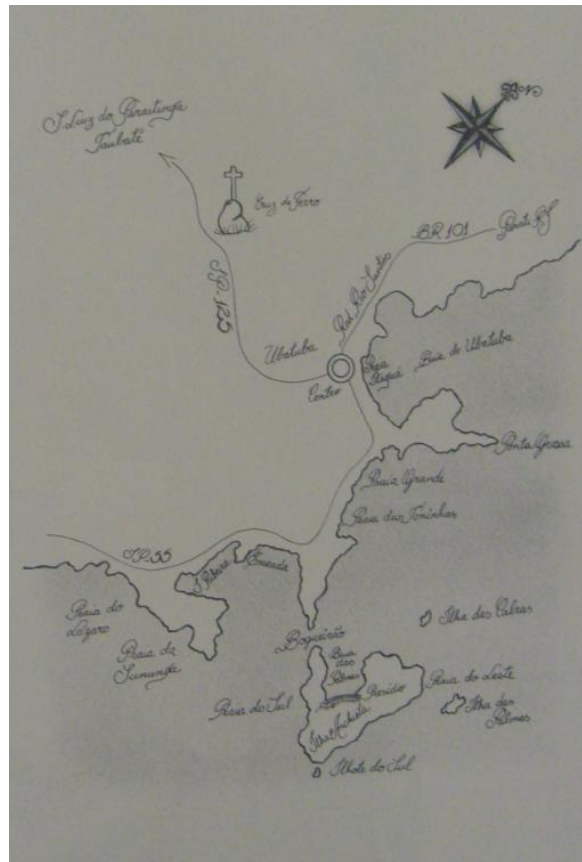
*Com certeza! Porque foi criando um hábito na população que nos meses de nossos encontros ficam aguardando o evento. Comentam entre os que já participaram. Muitos nos telefonam, mandam E-mail etc querendo saber se o evento acontecerá novamente...*

## **ANEXOS**

Anexo 1: Charge da Revista o Malho. Ano:1903. Revista:17. Página:7. In:  
<http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/index.asp?lk=14&qry=transformismo&imageField.x=0&imageField.y=0>



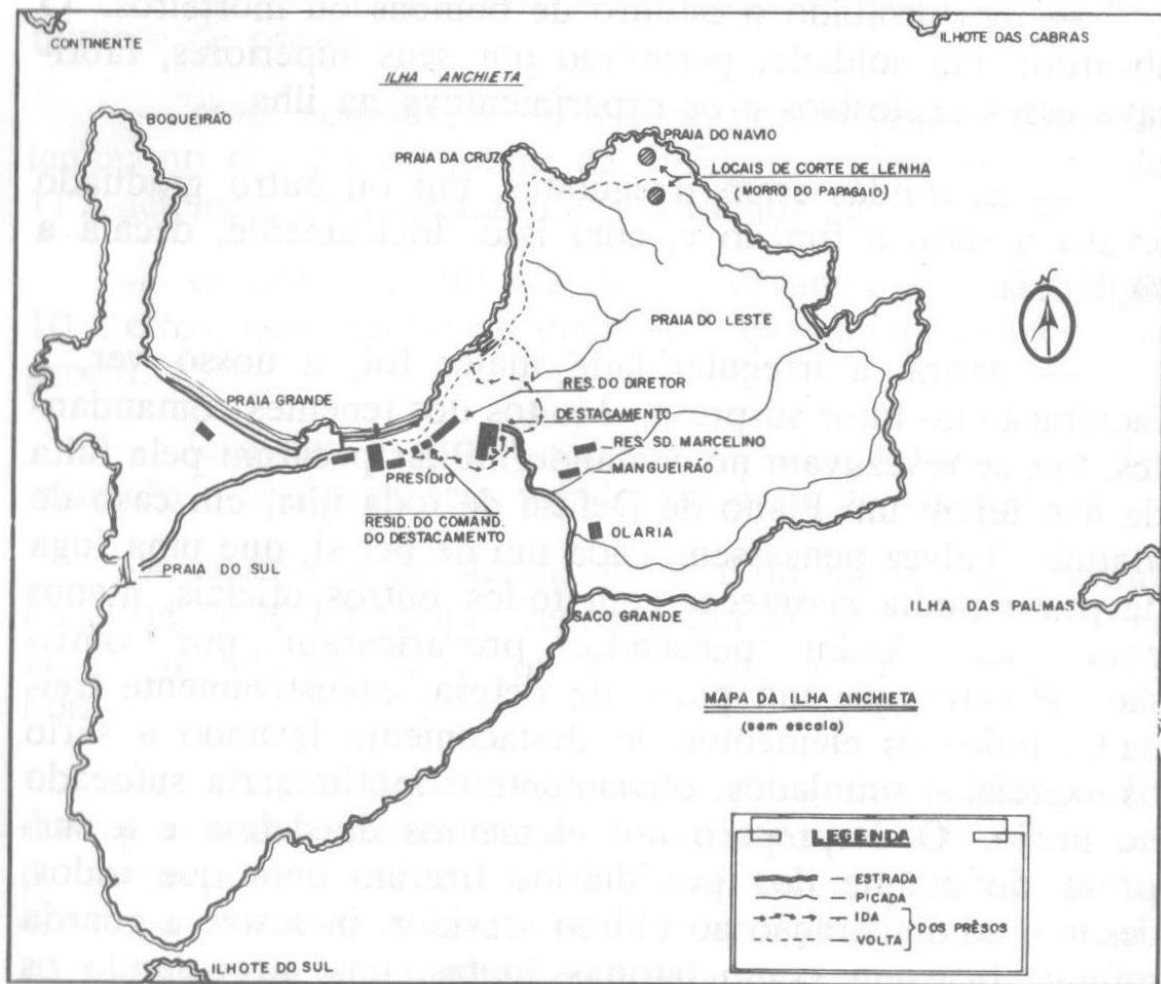
Anexo 2: Mapa do litoral paulista e fluminense (FRANCO, 2001, p. 72)



Anexo 3: Colônia Correccional do Porto das Palmas (Revista da Semana, nº27, 05 de julho de 1952)

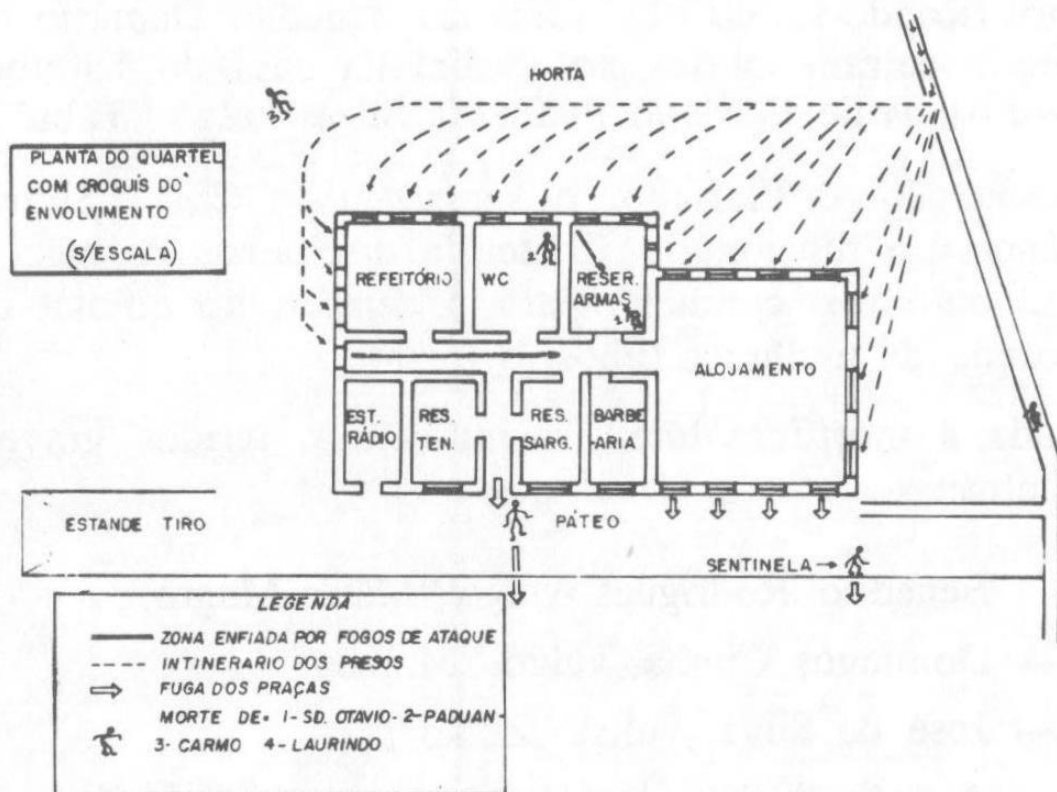


Anexo 4: Mapa da Ilha Anchieta (MELO, 1979, p. 134)





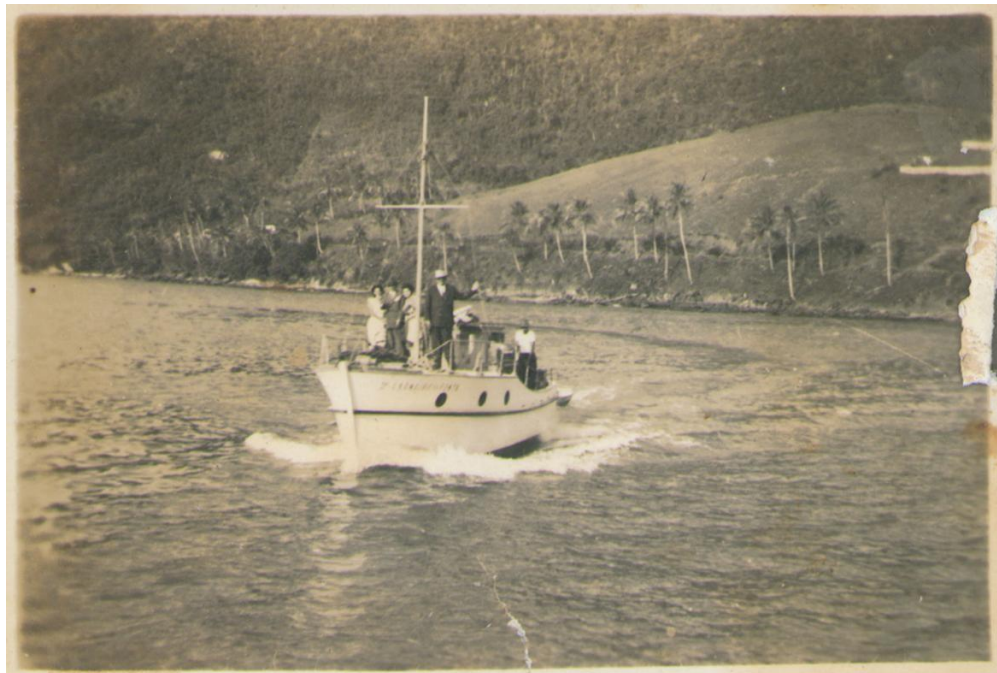
Anexo 5: Planta-baixa ilustrando ataque dos detentos ao quartel (MELO, 1979, p. 137)



Anexo 6: Fotografia de habitantes da Ilha e ao fundo a lancha Ubatubinha. Coleção Paulo Vianna, Acervo Filhos da Ilha



Anexo 7: Fotografia da lancha Carneiro da Fonte. Coleção Paulo Vianna, Acervo Filhos da Ilha



Anexo 8: Mapa ilustrando rota de fuga dos detentos (Revista da Semana, nº 27, 05 de julho de 1952)

